



19 DE AGOSTO DE 2015

Quarta-feira

- EMPREGO NA INDÚSTRIA CAI 5,2% NO SEMESTRE, O MAIOR CORTE EM 14 ANOS
- TERCEIRIZAÇÃO NÃO É RETROCESSO, É EVOLUÇÃO
- O VOO DO PROGRESSO NO PARANÁ
- APOSENTADOS VÃO AO STF CONTRA DECISÃO DO GOVERNO DE NÃO ADIANTAR METADE DO 13º
- DIRETOR DA COPEL DIZ QUE AUMENTOS NA LUZ SÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO
- GOVERNO APRESENTA ACORDO PARA DÉFICIT HIDRELÉTRICO E LIMITA RISCOS A PARTIR DE 2016
- BANCOS PÚBLICOS VÃO SOCORRER EMPRESAS COM FINANCIAMENTO A JUROS MAIS BAIXOS
- CAIXA FIRMA ACORDO PARA ESTIMULAR SETOR AUTOMOTIVO
- JURO MENOR E PRAZO ESTENDIDO NA CAIXA
- ANFAVEA: ACORDO COM BB E CAIXA MOSTRA IMPORTÂNCIA DA CADEIA AUTOMOTIVA
- DISTRIBUIDORES DE AÇO PLANO DO BRASIL VENDEM MENOS EM JULHO E SETOR PIORA PROJEÇÃO PARA O ANO
- REDUÇÃO DAS VENDAS EM JULHO AMEAÇA SIDERÚRGICAS
- ECONOMIA BRASILEIRA ESTÁ EM RECESSÃO E VEM RECUANDO HÁ 3 TRIMESTRES, INDICA BC
- LUCRO SEMESTRAL DA GLENCORE CAI E PREVISÃO DE INVESTIMENTO É REDUZIDA
- CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA PROJETO QUE ALTERA REMUNERAÇÃO DO FGTS

- INADIMPLÊNCIA DE EMPRESAS CRESCER 6,6% EM JULHO, DIZ O SERASA
- CHINA E BRASIL PARECEM SEGUIR CAMINHO TRILHADO PELO JAPÃO
- ANFIR ENTRA NO PROGRAMA MAIS ALIMENTOS, DO MDA
- MANIFESTANTES PROTESTAM EM SP POR DIREITOS TRABALHISTAS NO McDONALD'S
- JAGUAR LANÇA XE E QUER DOBRAR VENDAS NO BRASIL
- VOTORANTIM TEM AUMENTO DE 18% NO LUCRO DO 2º TRI
- BRASIL VIVE CRISE DE CRÉDITO, DIZ ECONOMISTA
- MERCEDES-BENZ CONFIRMA DEMISSÕES NO ABC PAULISTA E DIZ QUE PPE É INSUFICIENTE
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PEDE ANULAÇÃO DAS DEMISSÕES NA GM
- DAF TEM NOVO DIRETOR DE VENDAS NO BRASIL
- IBGE: EMPREGO INDUSTRIAL TEM PIOR SEMESTRE DESDE DEZEMBRO DE 2000
- DEFEITO EM CARROS PODE SER CONSIDERADO DANO MORAL
- GM ANUNCIA FÉRIAS COLETIVAS PARA FUNCIONÁRIOS DE FÁBRICA DE GRAVATAÍ, RS
- EMPRESÁRIO INDUSTRIAL MANTÉM PESSIMISMO EM JULHO, SEGUNDO A CNI
- FIRJAN CRITICA JUROS DIFERENCIADOS PARA SETORES
- VENDAS DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS CAEM 14,3% NO ANO
- DISTRIBUIDORAS DE AÇO COMPRAM MENOS
- COMO CONTER A ALTA DA TARIFA DE ENERGIA

CÂMBIO		
EM 19/08/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,503	3,504
Euro	3,874	3,876

Fonte: BACEN

Emprego na indústria cai 5,2% no semestre, o maior corte em 14 anos

19/08/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



Sem sinais de retomada da produção e com os estoques elevados, a indústria brasileira realizou de janeiro a junho deste ano seu mais intenso corte de empregados em um semestre nos últimos 14 anos.

O emprego na indústria acumulou uma redução de 5,2% no primeiro semestre deste ano, frente ao mesmo período do ano passado, informou o IBGE na manhã desta quarta-feira (19).

Trata-se da maior queda da série histórica da Pesquisa Industrial Mensal: Emprego e Salário do IBGE, iniciada em 2001. O dado supera o primeiro semestre de 2009 (-5,1%), até então o pior resultado.

Todos os 18 ramos da indústria tiveram queda no acumulado do ano. O que mais pesou foi o ramo de meios de transporte (-9,9%), que inclui as montadoras de veículos, aviões e navios.

No início deste mês, o IBGE divulgou que a produção industrial teve queda de 6,3% no primeiro semestre deste ano, afetada pelo menor consumo das famílias, crédito escasso, juros altos, inflação elevada.

A Sondagem Industrial da CNI (Confederação Nacional da Indústria) mostrou que o uso da capacidade instalada do setor era de apenas 65% em junho passado, o menor da série iniciada em janeiro de 2011.

“Os cortes de empregos se mostram aderentes ao ritmo de produção. O ajuste no emprego tem sido assim bastante intenso, ligeiramente pior do que em 2009”, disse André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do IBGE.

O emprego na indústria recuou 1% na passagem de maio para junho, na série livre de efeitos sazonais (como o número de dias úteis de cada mês), a sexta queda consecutiva nessa comparação.

Quando comparado a junho do ano passado, o pessoal ocupado do setor recuou 6,3%. Neste caso, trata-se do 45º resultado negativo consecutivo e a queda mais intensa desde setembro de 2009 (-6,1%).

Com os fracos resultados, o pessoal ocupado encolheu 4,6% nos últimos 12 meses. Vale lembrar que, nesta pesquisa da indústria, o IBGE não divulga números absolutos de empregos.

Setores

De janeiro a junho deste ano, a redução do pessoal ocupado na indústria ocorreu em todos os 18 ramos acompanhados pelo IBGE. Além de intensas, as perdas foram, portanto, também generalizadas.

Considerando o peso de cada ramo nos dados gerais da indústria, o principal destaque negativo foi o de meios de transporte (-9,9%), seguido de máquinas e aparelhos eletrônicos e de comunicação (-12,5%).

A redução do pessoal ocupado foi intensa em produtos de metal (-10,2%), alimentos e bebidas (-2,2%) e máquinas e equipamentos (-6,4%), segundo divulgou o IBGE nesta quarta-feira.

Para tentar conter as demissões, o governo lançou em julho o Programa de Proteção ao Emprego, que prevê a redução em até 30% da jornada de trabalho, com redução proporcional de salários dos trabalhadores, por no máximo um ano.

Renda

Com a inflação elevada, demissões e negociações salariais restritas, a folha de pagamento real do setor teve uma forte queda de 6,1% no primeiro semestre deste ano. Na passagem de maio para junho, o número foi positivo em 1,3% na comparação com maio.

Já o número de horas pagas teve queda de 5,8% no primeiro semestre, frente ao mesmo período do ano passado, o pior resultado da série. Na passagem de maio para junho, houve recuo de 0,6%.

O indicador de horas pagas é relevante porque, antes de contratar mais funcionários, as empresas costumam primeiro ampliar o número de horas extras da atual base de funcionário. Quando o indicador recua, portanto, é um sinal negativo para o setor.

Terceirização não é retrocesso, é evolução

19/08/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Muito tem se falado sobre a terceirização. Quem é contrário à medida afirma que a regulamentação vai sucatear os trabalhos e diminuir os salários dos funcionários. No entanto, enquanto uns dizem que é retrocesso, eu afirmo que é evolução, e explicarei o porquê.

Cerca de 90% dos países considerados de primeiro mundo têm serviços terceirizados em todas as frentes de trabalho. Além disso, não existe a discriminação e a alienação sobre o tema como ocorre no Brasil.

Um dos principais benefícios que a lei oferece aos funcionários é o mecanismo para evitar calotes. Ou seja, o trabalhador terá proteção da empresa contratante e da contratada. Caso o contrato seja rescindido por alguma das partes, o funcionário não será prejudicado com a falta de pagamento.

O que há de errado em um projeto de lei que tenta regulamentar a vida de quase 13 milhões de trabalhadores?

Com cerca de 80% dos artigos do projeto de lei se referindo aos direitos dos trabalhadores, a legislação permitirá ao funcionário terceirizado as mesmas condições de uso do refeitório, ambulatório, transporte interno, treinamento e segurança do ambiente que os outros empregados. A manutenção de salário em caso de sucessão de empresas também será garantida em lei.

Com a regulamentação, assim como ocorre com os outros trabalhadores, o profissional terceirizado tem de ter qualificação, um bom salário e todas as garantias que os funcionários possuem.

Afinal, o que há de errado em um projeto de lei que tenta regulamentar a vida de quase 13 milhões de trabalhadores? As empresas prestadoras de serviços recolhem todos os tributos e pagam os direitos assegurados aos trabalhadores como qualquer outra empresa.

No âmbito empresarial, há diversas empresas, prestadoras de serviços ou não, que sonegam impostos e não pagam os direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto, assim como ocorre com as empresas terceirizadas, basta que o governo faça seu papel de fiscalizar e punir as companhias que não cumprirem a lei.

Nesse período de discussão sobre a lei da terceirização, o país parece que vive na época colonial, com as pessoas falando verdadeiros absurdos sobre o tema sem conhecer as reais intenções da lei. Agora, quem conhece um pouco da história do trabalho no mundo jamais vai ser contra a terceirização.

Jeferson Furlan Nazário é presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR) e da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

O voo do progresso no Paraná

19/08/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A crônica das riquezas do Paraná começou com mitos e lendas de jazidas de ouro e prata que não existiam, para realizar-se com tesouros que hoje fazem a grandeza do estado. Já no século 18, o superintendente das minas do Sul do Brasil, Salvador Correia de Sá, trouxe especialistas da Europa para garimpar filões.

O progresso apareceu no Ciclo das Tropas, o fluxo de gado *vacum* e equino pela estrada Viamão-Sorocaba, indo até por volta de 1870. A seguir, vieram a atividade pastoril e, em vez do ouro amarelo, a opulência do ouro verde do café dinamizou o desenvolvimento no século 20.

Descobriu-se que a força do Paraná não estava no subsolo, mas na fibra do povo. Acompanhar a saga desse estado é um deleite para quem se interessa pela formação histórica do país. Rico, desenvolvido, com elevados indicadores sociais, o Paraná é um dos vetores do Brasil moderno.

Com 5% da população, responde por 5,6% do Produto Interno Bruto nacional. Um dos fatores desse progresso é o alto nível alcançado pela ciência, tecnologia e inovação no estado, como se verifica em Itaipu, onde o Parque Tecnológico desponta como uma usina de novidades, destacando-se, no céu aberto por Santos Dumont, o avião de motor elétrico que há pouco decolou para um voo tripulado inédito na América Latina.

Descobriu-se que a força do Paraná não estava no subsolo, mas na fibra do povo

O sucesso do Programa de Veículos Elétricos do Parque Tecnológico de Itaipu, que já desenvolveu 80 protótipos de caminhões, ônibus, automóveis e carros 4x4, é atestado pelo avião de energia limpa e um automóvel que há pouco correu com êxito entre Foz do Iguaçu e Assunção.

As experiências bem-sucedidas atestam o acerto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ao investir nesses e em variados projetos. No momento, estamos apoiando o desenvolvimento de baterias de níquel e sódio e outras iniciativas de elevado teor

científico e tecnológico, todas visando a superar deficiências no Brasil no campo estratégico da inovação.

O Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) repete as vocações e segue os passos da empresa binacional da qual surgiu – a maior hidrelétrica do mundo em geração de energia. Foi criado em 2003 para consolidar e ampliar a marca de inovação, pioneirismo e empreendedorismo de Itaipu, responsável por alterar o perfil das matrizes energéticas do Brasil e do Paraguai de modo que ambos os países vieram a se tornar referências mundiais em sustentabilidade e em geração de energia.

A ciência e a tecnologia irrigam outra fonte de riquezas do Paraná: o moderno agronegócio, que herdou o dinamismo do ciclo do café. Sabemos que a agropecuária deve crescer 4% em 2015.

A safra de grãos será, mais uma vez, a maior da história, graças, em larga medida, à utilização intensiva de biotecnologia e tecnologia da informação na gestão dos negócios. Nesse voo de progresso, o estado fornece competitividade a um setor em que o Brasil vem se destacando internacionalmente, conquistando mercados e divisas que sustentam a economia nacional.

Aldo Rebelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Aposentados vão ao STF contra decisão do governo de não adiantar metade do 13º

19/08/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



O Sindicato Nacional dos Aposentados Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi) protocolou nesta terça-feira (18), no Supremo Tribunal Federal (STF), uma ação para questionar a decisão do governo de não pagar neste mês o adiantamento do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS.

O órgão reclama da decisão do governo, ainda não oficializada, de não seguir o que vem sendo feito há nove anos e pede que a antecipação seja garantida como um preceito fundamental dos beneficiários.

Embora não seja obrigatório, o adiantamento de 50% do valor do 13º salário tem sido feito pelo governo desde 2006, após acordo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com centrais sindicais. No ano passado, a Previdência transferiu R\$ 13,9 bilhões para a antecipação para aposentados e pensionistas – 27 milhões de beneficiários receberam a antecipação.

Caso a Corte não entenda pela obrigatoriedade do pagamento, o sindicato “requer que seja concedida a suspensão da cobrança por parte das instituições financeiras àqueles que adquiriram crédito junto a estas a título de antecipação do décimo terceiro salário”, diz o texto. No pedido é solicitada ainda prioridade à tramitação processual àqueles maiores de 60 anos.

No documento, o sindicato argumenta que os aposentados e pensionistas já contam com o valor para sua subsistência.

“O acordo que garante a antecipação do abono salarial dos aposentados e pensionistas no mês de agosto de cada ano vem sendo cumprido desde 2006, inclusive de forma tácita, desde 2010, de modo que já incorporou o patrimônio jurídico destes se tornando um direito adquirido”, diz o pedido.

O sindicato reforça que representa interesses de 30 milhões de aposentados e que o não pagamento da antecipação da parcela poderá gerar um cenário de “insegurança jurídica” e deixar de injetar bilhões na economia do país.

Negociação

De acordo com fontes ouvidas, ministros ainda trabalham para convencer a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para que o adiantamento da parcela seja pago ainda este mês.

“Há um grande movimento para que o governo tente pagar ainda este mês”, disse uma fonte ligada ao assunto. Contudo, o governo ainda não encontrou uma solução para o problema orçamentário.

A dificuldade enfrentada pelo governo em fechar as contas fez com que fosse tomada a decisão de não pagar o adiantamento do 13.º salário de aposentados e pensionistas do INSS. Contudo, a medida ainda não foi anunciada oficialmente.

A decisão foi tomada em meio a divergências entre Levy e o ministro da Previdência Social, Carlos Gabas. O mandatário da Fazenda não quis assinar o pagamento devido aos resultados fiscais ruins nos últimos meses.

Diretor da Copel diz que aumentos na luz são de responsabilidade da União

19/08/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O diretor-presidente da Copel Distribuição, Vlademir Daleffe, fez uma apresentação no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná na tarde desta terça-feira (18). Ele foi questionado pelos deputados da oposição sobre os recentes aumentos na tarifa da energia.

Daleffe declarou que os aumentos não foram causados pelas políticas da Copel, mas sim em decorrência da crise energética no país. Ele negou, ainda, que a política de distribuição de lucros na companhia tenha tido qualquer impacto na tarifa.

Ele admitiu que o aumento foi “um absurdo” e algo “extraordinário”. “Eu também sou consumidor, eu também pago a conta. Mas é importante que a população [saiba] que a Copel não é responsável por isso”, afirma.

Daleffe, entretanto, adiantou que, nos próximos meses, há a possibilidade de uma pequena redução, em decorrência de políticas energéticas do governo federal e que, para o próximo ano, a expectativa é que esse reajuste acima da inflação não se repita.

Lucros

Deputados de oposição questionaram Daleffe sobre a política de distribuição de lucros da Copel, e sobre o impacto disso no custo da energia para o usuário. Até 2010, a companhia distribuía apenas 25% do seu lucro entre os acionistas – o mínimo exigido por lei. Na gestão do governador Beto Richa (PSDB), esse percentual passou a 50%.

O diretor-presidente disse que essa foi uma decisão política do governo, maior acionista da empresa.

Segundo ele, a intenção era repassar uma fatia maior dos lucros para o caixa do governo do estado, para que este aplicasse recursos em políticas públicas para o cidadão. Ele disse, ainda, que esse porcentual dos lucros repassados aos acionistas é baixo se comparado com outras companhias energéticas do país.

Governo apresenta acordo para déficit hidrelétrico e limita riscos a partir de 2016

19/08/2015 - Fonte: Época Negócios

A medida provisória 688, publicada nesta terça-feira (18/08), propõe compensar as hidrelétricas por perdas decorrentes de um déficit de geração causado pela seca dos últimos dois anos, e também altera forma de dividir esse risco a partir do próximo ano, tendo como contrapartida o pagamento de um prêmio pelos geradores e investimentos em novas usinas.

Para poder ter esse benefício, no entanto, as empresas precisarão retirar ações movidas na Justiça para obter proteção contra as perdas financeiras decorrentes do déficit. A guerra judicial causou uma inadimplência de quase 50 por cento na última liquidação financeira de contratos de eletricidade, promovida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A partir de 2016, as geradoras passariam a assumir um risco de déficit de geração de até 12 por cento.

Eventuais superávits, quando há produção acima do comprometido em contrato, representariam efeitos positivos para o consumidor, com repasse de recursos às distribuidoras para abatimento nas tarifas, por meio da conta que administra a arrecadação das bandeiras tarifárias.

No caso de déficit maior que 12 por cento, porém, o consumidor arcará com a conta que até agora penalizava as operadoras de hidrelétricas. O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga disse que, apesar disso, a proposta "não transfere para o consumidor qualquer penalidade".

"Ao longo de 87 séries históricas, só tivemos um caso em que o risco superou os 12 por cento, que foi 2015, porque estamos num período muito longo de falta d'água. O cenário para isso acontecer é muito, muito, muito pouco provável", disse Braga.

Do risco de 12 por cento atribuído aos geradores, 7 pontos percentuais serão cobertos por um prêmio de risco pago pelas empresas, que será depositado na conta das bandeiras tarifárias e utilizado para reduzir a tarifa; outros 5 pontos percentuais serão cobertos por investimentos em nova capacidade ou contratação de energia.

Segundo Braga, se fosse feito um cálculo com base no preço médio da energia no mercado de curto prazo neste ano, o chamado Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), esse prêmio de risco seria de 13 reais por megawatt-hora.

"Todo ano a Aneel vai calcular esse prêmio", apontou Braga.
Perdas 2015

A MP também propõe que as perdas incorridas pelas hidrelétricas em 2015 possam ser compensadas, descontado do valor desse ressarcimento eventuais sobras de geração e o prêmio de risco.

Essa compensação referente a 2015 poderá se dar, no caso de usinas que venderam energia no mercado regulado, pela extensão do prazo das outorgas de concessão das hidrelétricas hoje em vigor por um período máximo de 15 anos.

Já no caso de hidrelétricas que vendiam a produção no mercado livre de energia, o prêmio de risco cobrado em troca da repactuação será aportado na Conta de Energia de Reserva, um fundo setorial, e também serão exigidos das empresas investimentos em novas usinas, em montante a ser definido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A diferença entre os custos com a contratação dessa energia de reserva e as receitas dela provenientes poderão ser compensadas com a prorrogação de concessões por até 15 anos.

Segundo o ministro Braga, estudos do governo apontam que esse investimento em novas usinas deverá ser de cerca de 5 por cento da capacidade cujo risco hídrico a empresa desejar cobrir.

"Essa energia nova será da fonte que as usinas preferirem. Pode ter térmica, biomassa, etc, mas a forma como ele venderá será pelo valor do contrato que ele tem. Custará igual à hidrelétrica", explicou o ministro.

Liquidação adiada

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) abriu nesta terça-feira uma audiência pública que receberá contribuições para definir detalhes das regras gerais estabelecidas na MP 688.

O ministro Braga afirmou que, para dar tempo à costura desse detalhamento, a liquidação financeira dos contratos de energia referente a julho, que aconteceria em setembro, será adiada para outubro e acontecerá em conjunto com a liquidação dos contratos de agosto.

"Neste momento, a CCEE está tratando tanto com o ministério quanto com a Aneel uma data de liquidação para que possamos postergar e ajustar tudo dentro do mesmo mecanismo", afirmou o ministro.

Governo estima arrecadar R\$ 17 bilhões em outorgas em leilão de 29 usinas

O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, disse nesta terça-feira (18/08) que a expectativa do governo é arrecadar R\$ 17 bilhões em outorgas em outubro no leilão de 29 usinas hidrelétricas cujos contratos vencem em 2015. O ministro disse também esperar ainda que o preço-teto das tarifas dessas usinas fique entre R\$ 80 a R\$ 90 por megawatt-hora no certame.

O ministro afirmou que, apesar do pagamento de bônus de outorga no leilão de usinas cujos contratos já venceram, a expectativa do governo é de que a tarifa para a energia dessas usinas fique num patamar baixo. "A nossa expectativa é tarifa de R\$ 80 a R\$ 90 por megawatt-hora no leilão", afirmou.

O Ministério de Minas e Energia publicou em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) portaria que adiou de setembro para outubro deste ano o leilão de 29 usinas. Segundo o texto, a garantia física de energia e de potência da usina licitada deverá ser alocada em regime de cotas.

Será declarada vencedora do leilão a empresa que ofertar o menor valor para a tarifa, que será composta por dois componentes, para os quais a candidata deverá apresentar propostas separadas: o Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), incluídos os custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização da usina hidrelétrica; e a parcela de retorno da bonificação pela outorga.

O texto ainda determina que o preço teto do leilão, correspondente ao valor inicial do GAG da usina hidrelétrica a ser leiloada adicionado da parcela de retorno de bonificação pela outorga, será definido pela Aneel.

Estabelece também que a assinatura do contrato de concessão se dará mediante pagamento de bonificação pela outorga.

Sobre as concessões que vencem este ano, a portaria do MME ainda modifica o anexo com a lista de usinas que serão leiloadas. Ao todo, permanecem 29 usinas na licitação, separadas em seis lotes.

A mudança trazida na portaria refere-se às usinas do lote F, Jupia e Ilha Solteira, agora relacionadas no Estado de Mato Grosso do Sul e não mais em São Paulo, como em anexos publicados anteriormente.

Bancos públicos vão socorrer empresas com financiamento a juros mais baixos

19/08/2015 - Fonte: O estado de S. Paulo



Como medida para evitar o agravamento da crise, o governo orientou os bancos públicos a liberar crédito mais barato para empresas das cadeias produtivas de diversos setores da economia.

O objetivo do pacote é dar "respiro" ao caixa dos fornecedores de grandes empresas por meio de financiamentos a taxas mais baixas. Em contrapartida, as companhias devem se comprometer a manter os empregos para ter direito às "condições especiais".

A cadeia produtiva do setor automotivo foi o primeiro segmento a ser contemplado, conforme antecipou a colunista Sônia Racy. Nesta terça-feira, 18, a Caixa Econômica Federal anunciou que vai liberar cerca de R\$ 5 bilhões até o fim de 2015 para os fornecedores das montadoras em linhas de capital de giro e de investimento com juros mais baixos e prazos mais estendidos para pagamentos.

A fonte dos financiamentos serão recursos do próprio banco e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O Banco do Brasil deve fazer nesta quarta anúncio semelhante de linhas com especiais para o setor automotivo.

O mesmo desenho de financiamento está em negociação com outros setores. Entre eles, alimentos, papel e celulose, química, fármacos, eletroeletrônicos, energia elétrica, telecomunicações, petróleo e gás, máquinas e equipamentos. De acordo com a presidente da Caixa, Miriam Belchior, estão mais adiantadas as negociações para as novas linhas direcionadas aos setores da construção.

"Os bancos públicos estão trabalhando para dar melhores condições para todas as cadeias produtivas", disse Miriam ao assinar acordo da Caixa com a Associação Nacional de Veículos Automotores (Anfavea), o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para

Veículos Automotores (Sindipeças) e a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). "Queremos dar um pouco mais de tranquilidade para esse momento de travessia pelo qual o País passa", complementou a presidente da Caixa.

Miriam disse que o pacote tem o consentimento do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Desde que assumiu o cargo, o ministro sempre fez duras críticas à política anterior de benefícios a setores específicos.

"Sem um setor de autopeças forte, integrado e competitivo, não há razão para termos montadoras aqui", disse o presidente da Anfavea, Luiz Moan. Segundo ele, as facilidades nos financiamentos vão permitir às empresas superar as "complexidades" do momento atual e podem contribuir para retomada da confiança por parte de investidores e consumidores. A cadeia produtiva automotiva tem 591 empresas associadas.

Juros. Uma das linhas criadas pela Caixa para os fornecedores das montadoras permite que as empresas antecipem recebíveis. Com a garantia dos contratos firmados com as grandes montadoras, os juros serão mais baixos. Também é possível pegar financiamento para cumprir as despesas típicas do segundo semestre, como o pagamento do 13º dos funcionários.

Com recursos do FAT, é possível financiar compra de máquinas novas e usadas. Com os do FGTS, o banco oferece empréstimos para renovação de transporte coletivo, máquinas agrícolas e caminhões.

O banco estatal disse que os juros mais baixos serão cobrados das empresas que se "esforçarem" para manter os empregos. No entanto, a área técnica reconheceu que não tem como obrigar as companhias a não demitirem os funcionários.

"O crédito, em especial na rede privada, está bastante restrito, principalmente nas linhas de capital de giro. Em meio à crise, os bancos estão cada vez com mais seletivos ao fechar os contratos", reconheceu José Velloso, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Ontem, ele teve a primeira reunião na Caixa para formatar um acordo semelhante ao das montadoras. "Estamos vivendo uma crise e dinheiro para financiamento nunca foi tão importante", afirmou.

Caixa firma acordo para estimular setor automotivo

19/08/2015 - Fonte: Automotive Business

A Caixa estabeleceu na terça-feira, 18, parceria com Anfavea, Fenabrave e Sindipeças. O objetivo é oferecer condições especiais nas linhas de capital de giro, nos financiamentos e em outros produtos e serviços do banco. Dessa forma o acordo pretende estimular o desenvolvimento do setor automotivo, incluindo a cadeia produtiva e a distribuição.

As condições devem beneficiar desde as micro até as grandes empresas, como ferramenta capaz de promover a melhora do fluxo de caixa, permitindo o pagamento de despesas como salários, tributos e investimento.

Miriam Belchior, presidente da Caixa, aponta que "a iniciativa contribui para apoiar um dos setores que mais empregam, gerando as condições necessárias para garantir suas atividades, equilibrando seus negócios, conforme a necessidade de cada empresa."

Entre os benefícios oferecidos pela instituição financeira está linha de crédito para antecipação de contratos firmados entre fornecedor e montadora, o que permite à

sistemista ou fabricante de autopeças antecipar recursos de negócios já firmados. Outra possibilidade é a contratação de linha de crédito para capital de giro ou investimento com juros a partir de 0,83% ao mês, prazo de 60 meses e carência de 6 meses.

Adicionalmente há o Programa Pró-Transporte para renovação da frota, com taxas que chegam até o equivalente à TR mais 9% ao ano e prazo máximo de 96 meses. A parceria também inclui o financiamento de máquinas e equipamentos novos e usados, com juros a partir de 1,50% ao mês, mais TR, até 6 meses para a primeira prestação e prazo de 60 meses.

As entidades também comemoraram a parceria. Para Luiz Moan, presidente da Anfavea, a ação tem potencial para ajudar a indústria a superar o difícil cenário atual. O acordo com a Caixa é mais um reflexo do esforço das associações que representam o setor automotivo para contornar a crise nas vendas de veículos, como o Festival do Consorciado Contemplado e o Salão Auto Caixa.

Juro menor e prazo estendido na Caixa

19/08/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo



O governo orientou os bancos públicos a socorrer as empresas da cadeia produtiva de diversos setores liberando financiamentos com juros mais baixos e prazos de amortização mais longos. A estratégia foi revelada nesta terça-feira pela presidente da Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior, ao assinar o acordo de empréstimos com "condições especiais" ao segmento de automóveis.

A Caixa Econômica Federal oferecerá linhas de capital de giro e de investimento com juros mais baixos e prazos mais estendidos às empresas da cadeia produtiva do setor automotivo. Segundo Miriam Belchior, o banco liberará em torno de R\$ 5 bilhões até o fim de 2015, em "condições especiais", às 591 empresas do setor. A fonte de recursos é própria do banco, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O convênio entre o banco estatal e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) e a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve) foi assinado nesta terça-feira, 18, em evento no edifício-sede da Caixa, em Brasília.

"São condições excelentes para apoiar um dos setores que mais empregam. Queremos dar tranquilidade para esse momento da travessia por que passa a economia do País", disse Miriam, na assinatura do acordo. A presidente da Caixa repetiu a mesma definição da presidente Dilma Rousseff para o atual momento de crise ao citar que a economia passa por uma "travessia".

Uma das novas linhas permite antecipação de contratos firmados entre o fornecedor e a montadora. O fornecedor pode suprir a necessidade de capital de giro, antecipando os recebíveis. Como tem como garantia o contrato que já firmou com as montadoras, os juros são mais baixos. De acordo com o banco, a taxa inicial é de 1,41% ao mês e o prazo varia de acordo com o contrato.

Outro produto disponível aos fornecedores é uma linha para capital de giro com taxas de juros de 0,83% ao mês para as empresas que se comprometerem a se "esforçar" para demitir o menor número de funcionários nesse momento de crise.

Essa linha serve para as empresas conseguirem cumprir as despesas típicas dos últimos meses do ano, como o pagamento do 13º salário de empregados. O prazo de pagamento é de 60 meses.

A Caixa não tem como obrigar as empresas a não dispensarem os funcionários, mas vai condicionar a taxa mais baixa ao "esforço" para que mantenham as vagas.

A Caixa também oferece linhas dentro do programa Pró-Transporte para renovação de frota, com taxas máximas de 9% ao ano e pagamento em até 90 meses, dependendo do projeto a ser financiado. Essa linha tem como fonte os recursos do FGTS.

É possível também financiar máquinas e equipamentos novos e usados, a partir de 1,5% ao mês mais TR, com os recursos do FAT.

Outros setores. Também serão criadas linhas de capital de giro e investimento para os seguintes setores, além do automotivo: alimentos, papel e celulose, química, fármacos, eletroeletrônicos, energia elétrica, telecomunicações, petróleo e gás.

De acordo com Miriam Belchior, as linhas de capital de giro para o setor da construção civil estão "um pouquinho mais adiantadas" por causa das discussões para o lançamento da terceira etapa do Minha Casa Minha Vida.

A presidente da Caixa disse que se reuniria nesta terça-feira com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) para discutir o tema. Também está agendado um encontro com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Miriam disse que a orientação foi dada pela presidente Dilma Rousseff e o grupo de trabalho que discute as novas linhas é formado por representantes de diversos ministérios, incluindo o ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Ao ser questionada se Levy concordou com liberação de crédito nesse cenário de juros e inflação elevados, Miriam disse que não houve objeção por parte dele.

Anfavea: acordo com BB e Caixa mostra importância da cadeia automotiva

19/08/2015 - Fonte: Reuters

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, afirmou que as medidas do pacote de apoio financeiro do Banco do Brasil ao setor automotivo estão em linha com as diretrizes do ajuste fiscal realizado pelo governo.

"Entendemos como extremamente necessário o ajuste macroeconômico, como fundamental", afirmou, durante anúncio conjunto com o Banco do Brasil de um pacote de R\$ 3,1 bilhões para facilitar o financiamento da cadeia produtiva no País.

Moan ressaltou que o acordo celebrado com BB, similar ao anunciado com a Caixa nesta terça-feira, 18, "demonstra o grau de importância da cadeia automotiva para a retomada da economia brasileira".

"A cadeia corresponde a 12% de toda a arrecadação de impostos do País, além de gerar 5 milhões de empregos diretos", pontuou.

Em evento, realizado na sede da instituição financeira, em São Paulo, nesta quarta-feira, 19, Moan avaliou que o fortalecimento da cadeia automotiva é o fator que ajudará o setor a abreviar o atual momento de dificuldade da economia brasileira.

"A cadeia automotiva vive um momento muito difícil, mas não tenho dúvidas de que é apenas um momento", disse. Moan destacou que as associações, maiores players do setor, aparecerão nos contratos como uma espécie de fiadores, o que minimiza o risco do negócio para o BB. "A diminuição do risco permite ao Banco do Brasil diminuir o spread das operações", destacou.

Também participaram do anúncio o presidente do Banco do Brasil, Alexandre Corrêa Abreu, o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), Paulo Roberto Butori, e o presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), Alarico Assumpção Júnior. Essas entidades atuarão na intermediação de acordos de cooperação financeira e comercial entre suas associadas e o BB.

O objetivo do pacote é dar "apoio financeiro e comercial às cadeias produtivas do setor automotivo, além de reduzir em 60% o prazo para liberação dos financiamentos. Em contrapartida, as companhias devem se comprometer a manter empregos para que tenham acesso às "condições especiais" oferecidas pelos bancos públicos. O setor automotivo foi o primeiro segmento a ser contemplado.

Assumpção, da Fenabrave, afirmou não haver nenhuma "ajuda ou favorecimento" por parte do BB às instituições do setor. "Neste programa, estamos trabalhando com condições de prática do mercado", ressaltou.

Já Butori, do Sindipeças, criticou o fato de se ter "esperado a coisa piorar muito" para haver propostas como a anunciada nesta quarta-feira. "Programas como o do BB vieram até tardiamente", disse. Ele reconheceu, no entanto, se tratar de um passo importante.

Butori também ressaltou o fato de a alternativa apresentada pelo Banco do Brasil mudar a responsabilidade do crédito, já que as grandes empresas do setor se responsabilizam pelo crédito concedido às de menor porte, o que facilita a concessão de créditos no atual momento de escassez dadas às condições econômicas.

O Banco do Brasil espera cadastrar até o fim de 2015 mais de mil das 1.169 revendedoras do País para se tornarem correspondentes bancários da instituição financeira e operarem o programa "Esteira Agro BB", que pretende facilitar a compra de máquinas e equipamentos agrícolas e caminhões. O programa prevê que as próprias vendas passem a receber, gerir e acompanhar pela internet propostas de financiamento dos bens que comercializam.

Alexandre Abreu, presidente do BB, afirmou, que as soluções anunciadas hoje de estímulo ao setor automotivo não vão resolver (o problema), mas são uma boa ajuda ao segmento que enfrenta queda de vendas de veículos e maior restrição de crédito.

"O momento é bastante desafiador, com queda na atividade econômica. Normalmente, a concessão de crédito (em um cenário como o atual) fica mais complexa em meio a empresas com situação mais difícil", avaliou.

Segundo Abreu, em um cenário como o atual se o banco retrai muito o crédito agrava o problema, mas se fornece recursos como se o País estivesse crescendo, arrisca em demasia o seu capital.

"O BB já vinha estudando estratégia intermediária. Ao nos juntarmos com atores líderes do segmento, com informações técnicas e dimensionar risco, conseguimos transferir para o setor produtivo o ganho de diminuição risco por meio de melhoria de limites e redução de taxas", explicou ele. "As taxas são de mercado e não há subsídio", acrescentou. O executivo ressaltou que a solução com o setor automotivo é lucrativa e que o banco precisa dar retorno aos seus acionistas.

O BB anunciou hoje que prevê antecipar a fornecedores da cadeia automotiva R\$ 3,1 bilhões até o final deste ano no âmbito do protocolo firmado com o segmento e que contempla 26 empresas.

Caixa

Nesta terça-feira, a Caixa anunciou que vai liberar cerca de R\$ 5 bilhões até o fim do ano para os fornecedores das montadoras em linhas de capital de giro e de investimento com juros mais baixos e prazos estendidos para pagamentos.

Os recursos virão do próprio banco, do FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O mesmo desenho de financiamento está em negociação com outros setores, entre eles construção, alimentos, papel e celulose, química, fármacos, eletroeletrônicos, energia elétrica, telecomunicações, petróleo e gás e máquinas e equipamentos.

Distribuidores de aço plano do Brasil vendem menos em julho e setor piora projeção para o ano

19/08/2015 - Fonte: Reuters

As vendas de aços planos por distribuidores no Brasil em julho despencaram 29,1 por cento sobre um ano antes, na pior performance para julho desde 2006, fazendo a entidade que representa o setor, Sindisider, piorar nesta terça-feira a expectativa para o ano como um todo.

As vendas de julho somaram 255,4 mil toneladas, queda de 1,2 por cento ante junho. No acumulado do ano até o mês passado, o setor registra queda de 20,1 por cento nas vendas na comparação com os primeiros sete meses de 2014, a 2,061 milhões de toneladas.

"A projeção para o ano era de queda de 12 por cento (nas vendas) e nós agora projetamos ... de uma maneira que não é nem otimista nem pessimista, 22 por cento de queda", disse o presidente do Sindisider, Carlos Loureiro, a jornalistas.

Os estoques de aço plano nos distribuidores recuaram 3,6 por cento em julho sobre junho, para 1,017 milhão de toneladas, equivalente a 4 meses de vendas. A redução nos inventários ocorreu com um recuo nas compras dos distribuidores, que no mesmo período caíram 8,2 por cento, para 217,3 mil toneladas.

Loureiro afirmou que vê "muita dificuldade em qualquer reajuste" nos preços de aço plano pelas usinas siderúrgicas diante da fraqueza do mercado, apesar da desvalorização do real ante o dólar, desfavorável a importações.

Redução das vendas em julho ameaça siderúrgicas

19/08/2015 - Fonte: Valor Econômico

Em mais um mês de queda na linha dos dois dígitos, julho confirmou uma deterioração mais acentuada do setor siderúrgico. As vendas internas, a produção e até a compra de importados recuaram e ajudaram a derrubar as ações do setor na BM&FBovespa. Em razão disso, o mercado já espera balanços ainda mais fracos relativos ao terceiro trimestre.

O Instituto Aço Brasil revelou ontem que a redução no volume comercializado de produtos de aço foi de 22% no mês passado, quando comparado com o mesmo período de 2014. O resultado foi uma venda de 1,4 milhão de toneladas. No acumulado dos sete primeiros meses do ano, as vendas totalizaram 11 milhões de toneladas, declínio de 14,3%.

O consumo aparente - que é a soma de vendas internas das usinas mais importações -, por sua vez, terminou em 1,7 milhão de toneladas, nível inferior ao ano passado em 24,4%. De janeiro a julho, a baixa foi de 12,4%, para 13,4 milhões de toneladas.

As compras de produtos importados foram reduzidas em 33,8%, para 270,4 mil toneladas, com valor total de US\$ 282,8 milhões. Com esse desempenho, nos primeiros sete meses do ano, foram importadas 2,3 milhões de toneladas, queda de 2,2%. Pesou principalmente o câmbio, com valorização do dólar.

Os números confirmam um aprofundamento da crise de demanda pela qual passa o setor siderúrgico no Brasil. O consumo aparente, por exemplo, que é o maior termômetro da procura por aço, teve a pior queda do ano. Se a métrica utilizada for a comparação anual, a última grande baixa havia sido observada em maio, de 22,8%. Um recuo nesse nível não era visto desde o pós-crise de 2008.

Durante julho, o instituto disse que a produção também foi cortada. Houve redução de 3,1%, frente a igual mês de 2014, para 2,9 milhões de toneladas de aço bruto. No ano, houve alta de 1,2%, para 19,95 milhões de toneladas.

Os dados do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda) apontam para enfraquecimento semelhante. As vendas de aços planos pela rede associada caíram 29,1% em julho, em comparação com um ano atrás. O volume, de 255,4 mil toneladas, representou queda de 1,2% ante junho.

Os números da entidade mostram também que as compras de aço pela rede nas usinas recuaram 41,3% em comparação anual, para 217,3 mil toneladas. Frente ao mês imediatamente anterior, a baixa foi de 8,2%.

Carlos Loureiro, presidente da entidade, lembrou que as distribuidoras tomaram uma "decisão sábia" de desacelerarem a aquisição de aço frente à demanda interna, para evitar a ampliação dos estoques da rede.

A estratégia deu certo e os volumes estocados recuaram 3,6%, para 1,02 milhão de toneladas. O giro foi de 4,1 meses para 4 meses e a previsão do Inda é que caia mais, até 3,8 meses, em agosto.

Além disso, o instituto prevê estabilidade para os volumes de venda e compra de aço no mês atual - a mesma estimativa anunciada no mês passado quanto aos meses de julho.

O desempenho de vendas da rede associada ao Inda foi o pior desde abril de 2009. Como resultado, a previsão de recuo foi de 12% para 22% neste ano. Entre janeiro e julho, o

volume já foi 20,1% menor, de 2,06 milhões de toneladas. Loureiro disse que esse nível atual é o "fundo do poço". "Não vejo caindo abaixo de 250 mil toneladas mensais."

Em decorrência da evolução no câmbio, alguns produtos, especialmente laminados a quente, que são importados atualmente são comercializados a um preço maior do que o mercado local.

"Vemos prêmio negativo em alguns casos", afirmou o executivo. "Por isso, já há conversas no mercado de que a Gerdau tenta reajustar em 15% os preços de aços longos, mas acho difícil", acrescenta. Para planos, a perspectiva seria de reajuste em 7% - ambos no fim do ano.

Os números de desempenho derrubaram as ações do setor. Ontem, os papéis da CSN caíram 4,33%, para R\$ 3,31, terceira pior queda do Ibovespa e pior preço desde julho de 2005. Os ativos preferenciais de classe A da Usiminas recuaram 4%, para R\$ 3,36, e os preferenciais da Gerdau perderam 0,88%, para R\$ 5,66.

Economia brasileira está em recessão e vem recuando há 3 trimestres, indica BC

19/08/2015 - Fonte: Reuters

A economia brasileira está em recessão, com três trimestres seguidos de queda na atividade, mostrou nesta terça-feira o Banco Central, num ambiente de baixa confiança econômica e instabilidade política que indica um futuro ainda negativo.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), espécie de sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), recuou 1,89 por cento no segundo trimestre deste ano se comparado com os três meses imediatamente anteriores.

Só em junho sobre maio, a contração foi de 0,58 por cento, de acordo com dados dessazonalizados, pior do que o esperado em pesquisa Reuters com economistas, que previam contração de 0,53 por cento.

No primeiro trimestre deste ano, o IBC-Br mostrou que a economia brasileira havia recuado 0,88 por cento sobre o último trimestre de 2014 que, por sua vez, teve contração de 0,45 por cento na mesma base de comparação.

Os resultados reforçam o caminho difícil a ser trilhado pela economia brasileira, que só deve voltar a crescer em 2017, segundo economistas consultados na pesquisa Focus, do BC, que ouve semanalmente uma centena de economistas.

Pelo levantamento, o PIB brasileiro deve encolher 2,01 por cento neste ano e 0,15 por cento no próximo. Se confirmado, o país terá registrado a pior recessão em 25 anos.

A falta de ímpeto é tamanha que há quem acredite que o Brasil não voltará a crescer nos próximos anos dentro do seu potencial, de 1,5 a por cento.

Para o economista Roberto Padovani, do banco Votarantim, o PIB somente mostrará expansão em 2017, e de apenas 1 por cento.

"O viés é de uma economia mais fraca do que o esperado", afirmou ele, para quem a atividade vai encolher 2,5 por cento neste ano e 1 por cento em 2016. "O risco político pesa mais na economia atualmente."

Em 12 meses, o IBC-Br acumulou queda de 1,64 por cento, ainda segundo dados dessazonalizados. No segundo trimestre, comparado com igual período de 2014, o indicador encolheu 2,99 por cento.

Soma-se ao quadro negativo a inflação elevada e desemprego em alta, diante da grave crise política que atravessa o país, que tem contribuído para abater a confiança dos agentes econômicos e abalar a aprovação da presidente Dilma Rousseff.

As perspectivas sombrias para a atividade econômica convivem ainda com o ambiente de juro básico elevado, com a Selic a 14,25 por cento, maior patamar em nove anos, para tentar domar a escalada dos preços.

Em nota a clientes, o economista-chefe do banco Fator, José Francisco Gonçalves, informou que "por enquanto" projeta que o PIB do segundo trimestre --que será divulgado no próximo dia 28 pelo IBGE-- deve ter recuado 1,9% na comparação com os três primeiros meses do ano e 2,7% ante o mesmo período do ano passado.

O IBC-Br incorpora estimativas para a produção nos três setores básicos da economia: serviços, indústria e agropecuária, assim como os impostos sobre os produtos.

Lucro semestral da Glencore cai e previsão de investimento é reduzida

19/08/2015 - Fonte: Reuters

A mineradora e trader de commodities Glencore divulgou queda de 29 por cento no seu lucro do primeiro semestre nesta quarta-feira, resultado influenciado pela baixa dos preços de metais e do petróleo, e disse que o investimento no ano que vem deve ser inferior ao deste ano.

A Glencore, cuja divisão de trading forneceu até recentemente algum isolamento do tumulto global das commodities que afetou outras mineradoras, disse que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ficou em 4,6 bilhões de dólares.

A empresa disse na semana passada que reduziria o investimento de 2015 a 6 bilhões de dólares ante a faixa de 6,5 bilhões a 6,8 bilhões de dólares anunciada em fevereiro. Nesta quarta, afirmou que o investimento do ano que vem não deve ultrapassar 5 bilhões de dólares.

A Glencore, baseada na Suíça e listada em Londres, disse neste mês que assumirá um encargo de 790 milhões de dólares por ativos de petróleo no Chade devido à queda expressiva dos preços da commodity.

A Glencore obtém cerca de um quarto de seu lucro com a negociação de commodities, o que permitiu a ela resistir anteriormente um pouco melhor que as mineradoras à acentuada queda dos preços do petróleo e de metais.

Câmara dos Deputados aprova projeto que altera remuneração do FGTS

19/08/2015 - Fonte: Reuters

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira o projeto que altera as regras da remuneração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que subirá de forma escalonada até se igualar ao mesmo índice de correção da poupança em 2019. O texto segue agora para análise do Senado Federal.

A correção atual do FGTS é a Taxa Referencial (TR) mais 3 por cento ao ano. O parecer aprovado, do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), prevê que a correção subirá para 4 por cento ao ano mais TR em 2016, para 4,75 por cento mais TR em 2017 e para 5,5 por cento mais TR em 2018, até chegar a 6 por cento ao ano a partir de 2019.

A nova regra, que ainda será analisada pelos senadores, valerá para os depósitos feitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Durante as negociações, o governo pediu que essa mudança gradual nas regras de remuneração ocorresse em 11 anos. Depois, segundo o relator, passou a aceitar que o escalonamento ficasse em 8 anos e se chegou a sinalizar a possibilidade de fixar o prazo em 5 anos.

Sem acordo, o deputado estabeleceu em seu relatório a janela de 4 anos. "Eu tenho certeza que nós estamos fazendo um projeto equilibrado que de forma nenhuma prejudica os investimentos que o governo tem em habitação ou saneamento", disse o relator a jornalistas.

"Se formos colocar a poupança amanhã para todos os cotistas, dará aumento da despesa do governo de 8 bilhões de reais. Só a rentabilidade do patrimônio daria 12. Então eu não estou vendo em qual equação o governo sai perdendo."

Em plenário, o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), afirmou que não havia acordo total sobre o projeto e que não poderia assumir um compromisso de sanção integral do projeto, uma vez que o Executivo ainda demandava um prazo maior para o escalonamento.

"O governo vai analisar os números... Não posso falar em sanção ou veto", afirmou Guimarães a jornalistas durante a votação.

O texto aprovado pelos deputados prevê ainda que a mudança das regras será válida apenas para novos depósitos. Também estabelece que até 60 por cento do lucro efetivo do fundo no exercício anterior poderá ser utilizado para o programa habitacional para pessoas de baixa renda Minha Casa Minha Vida.

De início, o governo trabalhava para adiar a votação da proposta, mas tentou um acordo diante das turbulências que enfrenta na Câmara e da rebeldia da base. O Executivo temia que a mudança na remuneração pudesse gerar impacto no Minha Casa Minha Vida, já que o FGTS é importante financiador do setor de habitação.

A votação do projeto também é acompanhada pelo mercado financeiro. Uma eventual mudança do cálculo de reajuste do fundo, cujos recursos são importantes no financiamento de imóveis, pode afetar as construtoras, especialmente as focadas no segmento de baixa renda, que veriam seus custos de financiamento aumentarem.

Inadimplência de empresas cresceu 6,6% em julho, diz o Serasa

19/08/2015 - Fonte:EM.com

O indicador da Serasa Experian de inadimplência das empresas subiu 6,6% em julho ante junho e avançou 12,6% na comparação com julho do ano passado. No acumulado deste ano até julho, na comparação com o mesmo período de 2014, o índice teve elevação de 12,9%.

Segundo os economistas da Serasa, a recessão econômica, que afeta negativamente a geração de caixa, e o encarecimento do crédito em função das sucessivas elevações da

Selic, aumentam as despesas financeiras das empresas, impulsionando a inadimplência.

Na decomposição do indicador, os títulos protestados foram os que mais pesaram para a alta do índice no mês, com crescimento de 14,2% em julho ante junho e contribuição de 3,6 pontos percentuais para o resultado geral.

As dívidas não bancárias (junto aos cartões de crédito, financeiras, lojas em geral e prestadoras de serviços como telefonia e fornecimento de energia elétrica, água etc.) subiram 4,2%, com contribuição de 1,7 pp, e a inadimplência com cheques aumentou 11,9%, somando 1,7 ponto percentual ao número geral. Já a inadimplência com bancos caiu 1,9%, tirando 0,4 ponto percentual do índice cheio.

No acumulado do ano, o valor médio dos títulos protestados avançou 14,1%, para R\$ 2.507,23. No caso dos cheques, houve alta de 8,5%, a R\$ 2.441,44. Nas dívidas não bancárias, o valor subiu 0,5%, a R\$ 860,84. E nas dívidas bancárias houve queda de 17,6%, para R\$ 4.105,50.

China e Brasil parecem seguir caminho trilhado pelo Japão

19/08/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Uma moradia na favela do Vidigal, na zona sul do Rio, chegou a valer mais do que uma casa com quatro quartos no Alabama (EUA). Investidores aplicaram bilhões nas empresas de papel do ex-bilionário Eike Batista, que imaginava se tornar o homem mais rico do mundo.

Entre 2001 e 2011, as economias e os mercados emergentes apresentaram crescimento e valorização sem precedentes. Dentro desse grupo destacou-se de forma acentuada o grupo dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China).

O diagnóstico de que os Brics foram uma bolha vem também do comportamento dos formadores de opinião e das pessoas de uma maneira geral. Observamos a loucura das massas em que a imensa maioria imaginava que esses países continuariam vivendo esse ciclo virtuoso e os preços das commodities se manteriam em patamares elevados indefinidamente.

Euforias semelhantes com commodities já foram observadas antes. O índice CRB de commodities teve um pico em 1956 e, após o estouro daquela bolha, só voltou ao mesmo nível em 1972, quando outro ciclo de alta começou.

O grande boom dos anos 70 teve seu pico em 1980 e, dessa vez, após outro estouro, esse nível só voltou a ser encostado 25 anos depois. A partir de leituras sobre as consequências do estouro de uma bolha para um país temos o Japão como o exemplo mais recente.

O Japão está estagnado há 25 anos. Os premiês foram tentando medidas econômicas ora ortodoxas ora não ortodoxas, sempre sem sucesso. O Brasil continuará numa armadilha de PIB fraco e inflação pressionada por muitos anos. Assim como no Japão, observaremos períodos de otimismo de curto prazo que se provarão precários.

A situação é bem complexa e não será alterada por um pacote de medidas fiscais e monetárias. A questão é sociológica/psicológica. E o problema também não é de confiança (apenas) como muitos dizem. O problema é de pessimismo causado por um estouro abrupto de uma bolha que localiza os melhores anos de um país no passado, e não no futuro.

CHINA

No caso chinês, há diversas estimativas para a desvalorização do yuan: algo em torno de 10% para Bank of America e Kevin Lai, da Daiwa Securities, 15% a 20% para Jim Walker, da Asianomics, e 50% para Stephen Jen, do fundo de hedge SL Macro.

Considerando o caráter abrupto e irracional coletivo durante o estouro de uma bolha, fico com a aposta de Jen. A queda das commodities deverá ser proporcional para compensar essa desvalorização, uma vez que a China é a grande importadora de matérias-primas.

Economias que sofrem desvalorizações cambiais abruptas como essa muito provavelmente experimentaram recessão. Então, além de os preços das commodities virem a despencar, provavelmente, os volumes também serão substancialmente menores, ao menos, no médio prazo.

Outro dado preocupante é que as empresas chinesas possuem cerca de US\$ 1 trilhão em bônus emitidos no exterior e denominados em dólar. Na hipótese de uma desvalorização dessa magnitude, muitas companhias chinesas entrarão em default e uma crise bancária não pode ser descartada.

No início dos anos 80, a banda inglesa The Vapors lançou a canção "Turning Japanese" (virando japonês). Segundo ela, "se tornando japonês são todos os clichês sobre a juventude e a angústia de se transformar em algo que você não espera". Esse parece ser o caso....

Anfir entra no programa Mais Alimentos, do MDA

19/08/2015 - Fonte: Automotive Business



Um acordo firmado entre a Anfir - Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários - e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) permitirá que implementos rodoviários sejam financiados por agricultores cadastrados no Mais Alimentos, um dos programas de financiamento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A assinatura do convênio de cooperação, assinado na terça-feira, 18, tem duração de dois anos.

Por sua vez, a Abimaq, Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, renovou o mesmo acordo que já mantinha com o MDA também para dois anos. A assinatura ocorreu na sede na entidade, em São Paulo, com a presença de seu presidente, Carlos Pastoriza, do presidente da Anfir, Alcides Braga, da vice-presidente da Anfavea, Ana Helena de Andrade, do ministro do MDA, Patrus Ananias, e de outros representantes dos associados às entidades presentes.

Os implementos, bem como as demais máquinas e equipamentos utilizados para fim agrícola, poderão ser financiados pelos pequenos agricultores com a linha de crédito disponível pelo BNDES com juros que variam de 2,5% ao ano para compras de até R\$ 10 mil; 4,5% a.a. para uma ou mais operações com valor entre R\$ 10 mil e R\$ 30 mil; e de 5,5% a.a. para operações acima de R\$ 30 mil.

“O setor de implementos até então tinha deficiência em acessar este tipo de

financiamento. É uma iniciativa que vimos conversando com o MDA desde 2013 e que agora se apresenta como um alento para a nossa indústria de pequenos produtores”, comemora Alcides Braga, presidente da Anfir.

O executivo conta que os maiores beneficiados pela medida serão os produtores de pequeno porte: “Como somos uma indústria vocacionada, que fabrica o que o cliente precisa, este novo acordo será um fator importante para este tipo de atividade, que poderá apresentar melhor seus produtos, como tanques, reboques menores, basculantes, e outros implementos leves sobre chassis, que agora terão condições facilitadas de financiamento com o objetivo de melhorar a performance da agricultura familiar”.

Segundo Pedro Estevão, presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Abimaq, dos seus 380 associados, 90% são de fabricantes de pequeno porte e que têm o Mais Alimentos como o principal destino de seus produtos. “Estimamos que 23% das vendas totais de máquinas são destinadas ao Mais Alimentos”, afirma.

“Em sete anos de Mais Alimentos, mais de meio milhão de micro e pequenos agricultores se beneficiaram tomando os financiamentos subsidiados pelo programa. 20% do faturamento agregado da agricultura vem do Mais Alimentos”, disse o ministro do MDA.

Ananias acrescenta que neste ano, o governo federal destinou R\$ 28,9 bilhões para a safra 2015/2016, dos quais R\$ 26 bilhões para as linhas de financiamento do Pronaf, 20% a mais do que o Plano Safra anterior.

Atualmente, a agricultura familiar conta com 5,2 milhões de famílias em atividade, responsáveis por expressivos 70% da produção dos alimentos consumidos no País.

TOCANDO EM FRENTE

O presidente da Anfir afirma que os 154 associados e os 1.250 afiliados à Anfir estão presentes em mais de 20% dos municípios brasileiros. Contudo, o acordo atual com o MDA não é suficiente para reverter a queda de 50% do mercado total de implementos estimada pela entidade para este ano, especialmente puxado pelo segmento de pesados (reboques e semirreboques), que acompanha a descida sem freio do desempenho do mercado de caminhões pesados.

“Conseguimos trabalhar com saúde em um mercado de 55 mil unidades [de implementos pesados], mas devemos fechar este ano com algo em torno dos 30 mil”, revela.

Por outro lado, Braga reforçou em seu discurso durante a assinatura do acordo que “nada melhor do que uma boa crise, para aprender e reajustar as operações para atravessar essa correnteza que estamos atravessando”.

O executivo lembra que o plano de concessões em importantes áreas de infraestrutura anunciado em junho pelo governo, com investimento de R\$ 198,4 bilhões em portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, deve gerar ao longo do próximo ano um novo fôlego para a tão esperada retomada da economia.

Outros fatores como um novo recorde de safra de grãos e as exportações, que passam por momento favorável devido ao fator cambial, podem afetar positivamente o setor de implementos.

“São motivos macroeconômicos que podem fazer a roda voltar a girar. Além desses elementos, será importante para o setor retomar a pauta de renovação de frota”, disse.

Para Braga, as exportações devem ocorrer de forma mais intensa a partir da parceria com

a Apex, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, que acolheu o pedido da Anfir para a criação de um programa de capacitação para empresas que querem aumentar sua base de atuação. Historicamente, as exportações de implementos pesados têm representação de 10% dos negócios do setor.

“Com este momento de baixo desempenho econômico o qual estamos passando fica claro que não podemos depender somente do mercado interno. Há uma convicção de que exportar é preciso e esta é uma decisão que não retrocederá”, concluiu.

Manifestantes protestam em SP por direitos trabalhistas no McDonald's

19/08/2015 - Fonte: Uol



Manifestantes fizeram um protesto na avenida Paulista, em São Paulo, na manhã desta terça-feira (18), criticando as condições de trabalho dos funcionários da rede de lanchonetes McDonald's.

A manifestação foi convocada por sindicatos da categoria e faz parte de uma campanha global, presente em 20 países, segundo os organizadores. Eles afirmam que cerca de 1.000 pessoas participam do protesto na capital paulista.

O objetivo dos sindicalistas é convencer congressistas a endurecer as regras trabalhistas do setor.

Os sindicatos afirmam que os trabalhadores do McDonald's acumulam funções sem receber por isso, que a empresa não reconhece a insalubridade (condições ruins de trabalho) em alguns cargos, não fornece equipamentos de proteção adequados e que adolescentes de 16 a 18 anos praticam atividades insalubres nos restaurantes.

Também dizem que a empresa paga salários menores do que o mínimo, não paga horas extras, retira intervalos para descanso e refeições, não tem horários regulares de trabalho e que há indícios de fraudes nos holerites e no registro de horas trabalhadas.

Os sindicatos marcaram outro protesto para quinta-feira (20), em Brasília. No mesmo dia, às 9h, está marcada uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida por Paulo Paim (PT-RS).

De acordo com o Blog do Fernando Rodrigues, do UOL, o McDonald's afirma que a mobilização é resultado de uma disputa judicial entre o Sinthoresp (Sindicato de trabalhadores da rede hoteleira e de restaurantes de São Paulo), uma das entidades que participam do protesto, e o SindiFast (Sindicato dos Trabalhadores nas empresas de Refeições Rápidas de São Paulo).

As duas entidades lutam pelo direito de representar a categoria (e pela arrecadação do imposto sindical).

Empresa diz que respeita leis trabalhistas

Em nota, o McDonald's afirma que respeita as manifestações sindicais e diz que "os mais de 40 mil funcionários da empresa são representados por 80 sindicatos em todo o país, conforme orientação do Ministério do Trabalho".

Também diz que tem "absoluta convicção do cumprimento da legislação trabalhista".

Jaguar lança XE e quer dobrar vendas no Brasil

19/08/2015 - Fonte: Automotive Business



A Jaguar Land Rover abriu a pré-venda do Jaguar XE, sedã que chega com a missão de dobrar o volume de vendas da marca no Brasil nos próximos 12 meses. A expectativa da empresa é vender 600 unidades do modelo no período e alavancar o volume total de emplacamentos para cerca de 1,2 mil unidades por ano. As vendas efetivas começam em outubro na rede de 33 concessionárias da fabricante no País.

Este crescimento não será alcançado apenas pelo charme britânico que o diretor de marketing da empresa, Gabriel Patini, assegura que o carro tem. A principal ferramenta da fabricante está na diversificação de preços e de equipamentos que o automóvel oferece.

"Queremos que o XE seja a escolha mais inteligente do segmento. Vamos entregar o que concorrentes não oferecem", almeja, destacando que o objetivo é competir na gama mais alta dos sedãs premium.

Rubem Barbosa, diretor de vendas da Jaguar Land Rover, acredita que o preço será grande atrativo, despertando o interesse de clientes que julgavam a marca inatingível até então.

"Agora temos um produto acessível", garante, excluindo a esmagadora maioria dos mortais que não conseguem pagar R\$ 169.900 em um automóvel, preço da versão de entrada, a XE Pure. São quatro configurações. A mais cara, a XE S, parte de R\$ 299.000. É luxo acessível, mas para poucos.

O modelo chega ao Brasil com duas opções de motor: 2.0 Si4 turbo, de 240 cv de potência, e o 3.0 V6 Supercharged, de 340 cv, que garante velocidade máxima limitada eletronicamente de 250 km/h ao automóvel.

As duas configurações têm transmissão automática ZF de oito velocidades com possibilidade de trocas sequenciais no volante. A fabricante garante que o XE é o Jaguar mais leve, com 75% da estrutura da carroceria em alumínio.

O conceito de acessível de Barbosa tem como base jovens empresários e executivos, principalmente de sexo masculino, com entre 30 e 45 anos, que têm vida agitada em grandes cidades e querem se destacar com um carro esportivo. A Jaguar vai disputar esse

consumidor com a Audi, a Mercedes-Benz e a BMW, que oferecem o A4 e o A5, o Classe C e o Série 3, respectivamente.

Para alcançar o volume de vendas esperado para o XE, a Jaguar investe em condições especiais para o endinheirado público do modelo. Há possibilidade de adesão a um plano de 3 anos para as revisões básicas do carro pelo equivalente a R\$ 900 por ano.

Para a compra, a companhia oferece o financiamento Access, que permite ao cliente levar o carro com entrada de 20% do valor total somada a 23 parcelas fixas e, no fim do segundo ano, permite ao cliente quitar a dívida com a chamada parcela-balão, equivalente aos 50% do valor do carro que ainda não foram pagos.

Se o consumidor preferir, no lugar da prestação-balão a rede de concessionárias pode recomprar o automóvel por, no mínimo, 50% do valor pago pelo cliente, montante que pode ser usado como entrada para um novo veículo da marca.

XE E A FÁBRICA NACIONAL

O lançamento é parte da ofensiva global da Jaguar. Nos últimos cinco anos a empresa ampliou de 20 mil para 36 mil o número de funcionários espalhados nas operações mundiais. Foram aplicados 3,5 bilhões de libras no desenvolvimento de novos produtos e a companhia bateu recorde no último ano com mais de 462 mil veículos vendidos globalmente.

Neste novo contexto, o Brasil ganha importância mesmo com a contração do mercado total. Com investimento de R\$ 750 milhões a empresa constrói fábrica em Itatiaia (RJ), que tem a inauguração prevista para o ano que vem, Por enquanto só está confirmada a produção local do Land Rover Discovery Sport.

Apesar de os executivos da companhia não confirmarem a nacionalização de outro modelo, o aproveitamento da capacidade produtiva de 24 mil carros por ano da planta brasileira seria muito baixo caso a produção ficasse concentrada em apenas um carro.

Especula-se a fabricação local de um sedã da marca Jaguar. Diante disso, o XE é forte candidato a se tornar brasileiro nos próximos anos.

Votorantim tem aumento de 18% no lucro do 2º tri

19/08/2015 - Fonte: Valor Econômico

Favorecida pela depreciação do real frente ao dólar, principalmente nos preços dos metais não-ferrosos, a Votorantim Industrial (VID), holding de negócios industriais do grupo Votorantim, obteve lucro líquido de R\$ 608 milhões no segundo trimestre. O valor representa crescimento de 18% na comparação com mesmo período de 2014, conforme divulgação da empresa ontem.

A VID reúne os negócios de produção de metais de base (alumínio, níquel, zinco e outros), cimento, aço e geração de energia, além de celulose de eucalipto, operado pela Fibria. O resultado dessa empresa é consolidado por equivalência patrimonial.

De abril a junho, a receita líquida da VID alcançou R\$ 7,8 bilhões, com crescimento de 17% em relação ao obtido um ano antes (R\$ 6,6 bilhões). A divisão de cimento respondeu por 45% do total, seguida por metais, com 40%, e aços longos, com 13%.

"A robustez do resultado se deve principalmente à diversificação do nosso portfólio no que diz respeito à geografia e aos setores em que atuamos. É também resultado da gestão

eficiente de custos em nossas empresas", afirmou, em nota, João Miranda, presidente da companhia.

No resultado operacional, medido pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), houve aumento de 22% sobre o desempenho de um ano atrás no mesmo trimestre, para R\$ 1,8 bilhão. A margem (23,2%) se manteve no mesmo nível de igual trimestre de 2014.

Por negócios, cimento contribuiu com lucro de R\$ 245 milhões, alumínio com R\$ 229 milhões, zinco e subprodutos com 136 milhões e aço, R\$ 48 milhões.

Conforme o balanço divulgado pela VID, cimento sofreu o impacto da retração da demanda no Brasil, onde está a maior parte das operações da Votorantim Cimentos, devido à forte retração da economia do país. Em compensação, as vendas na América do Norte aumentaram.

No total, o volume vendido caiu 2%, para 9,24 milhões de toneladas, mas a receita subiu 8%, para R\$ 3,49 bilhões. O Ebitda teve caiu 2%, com margem de 25,7%.

O negócio de alumínio, favorecido pelo câmbio, embora com queda de volume de vendas, teve aumento de 29% na receita e gerou Ebitda de R\$ 256 milhões (maior 24% que um ano atrás).

Em zinco e subprodutos, área que responde por 22% da receita e 25% do Ebitda da holding, o faturamento líquido foi 31% maior, em R\$ 1,74 bilhão, e o resultado operacional subiu 50%, para R\$ 446 milhões.

Com operações em vários países do mundo, principalmente nas Américas, a VID investiu R\$ 610 milhões no trimestre, 19% a mais do que em igual período de 2014. Projetos de expansão responderam por 50% do total aplicado, entre eles novas fábricas de cimento, como Edealina (GO) e Primavera (PA) que deverão entrar em operação até 2016.

Segundo a VID, sua alavancagem financeira, medida pela relação da dívida líquida (R\$ 17,7 bilhões no fim de junho) sobre o Ebitda anualizado ficou em 2,42 vezes, ante 2,85 vezes um ano atrás.

A dívida bruta da holding teve impacto da desvalorização do real ante o dólar e subiu 12% em base anual, para R\$ 25,3 bilhões, com prazo médio de amortização de 7,9 anos.

Brasil vive crise de crédito, diz economista

19/08/2015 - Fonte: EM.com

Analistas concordam que, em meio à recessão, a restrição ao crédito agrava o problema das empresas. Mas a forma de enfrentar a questão é motivo de divergência. Economistas ouvidos pelo Estado fizeram análises distintas sobre a estratégia do governo de orientar os bancos públicos a socorrer empresas de diversos setores com empréstimos em melhores condições que as de mercado.

Os dados mais recentes do Banco Central (BC) apontam alta de apenas 0,6% nas concessões totais de crédito para pessoas jurídicas nos 12 meses até junho - no acumulado do ano, houve queda de 0,4%.

Para o consultor Roberto Luís Troster, que foi economista-chefe da Febraban, entidade que representa os bancos, os números são sinal de que há uma "crise de crédito". "O

Brasil está com problemas, isso está freando a economia. Uma reforma de crédito daria um gás na economia", afirmou Troster, crítico da estratégia anunciada ontem.

Sem controle. Na visão do economista Júlio Gomes de Almeida, professor do Instituto de Economia da Unicamp, "estamos perdendo o controle do tamanho da recessão". "Se o crédito for embora, a coisa fica muito difícil."

Almeida diz que oferecer linhas de crédito especiais para setores que tem maior peso na economia é positivo, mesmo que não resolva o problema. Em sua visão, o crédito apenas "dá fôlego" às empresas.

O modelo das linhas anunciadas pela Caixa ontem para o setor automotivo, que usam como garantia contratos de fornecimento com as montadoras, no caso do setor de autopeças, é positivo porque permite oferecer juros menores com menos subsídio, segundo Almeida.

Na mesma linha, vai a linha de capital de giro do BNDES, o Progeren, que teve as condições ampliadas semana passada, com orçamento de R\$ 7,7 bilhões até o fim do ano.

O economista não vê problemas na seleção de alguns setores. Segundo o professor da Unicamp, cadeias de fornecedores das indústrias de bens de capital, eletroeletrônica, moveleira e química, além da automotiva, geram muitos empregos e movimentam a economia.

Conta para a sociedade. Troster discorda. "O governo poderia até fazer incentivos setoriais, mas, neste momento de crise de crédito e inadimplência, essas medidas só vão aliviar algumas empresas à custa de toda a sociedade", afirmou Troster, que defende uma reforma do crédito, começando pela liberação dos compulsórios, os recursos dos bancos depositados no BC, com baixíssimo rendimento e que não podem ser emprestados.

Segundo Troster, são R\$ 360 bilhões parados e liberar uma parte dos recursos dinamizaria o crédito para todas empresas. Outras medidas da reforma seriam mudar as exigências do BC em relação a provisionamentos para perdas (valores que os bancos separam no balanço para arcar com calotes), montar um cadastro de inadimplência "interativo" (usado por todos os bancos e com notas para cada tomador de crédito, empresa ou pessoa física, que funcionaria como os bônus do setor de seguros) e mudar o sistema de tributos.

Almeida e Troster discordam também sobre os impactos nas contas públicas. Para o professor da Unicamp, o custo em termos de recursos públicos é pequeno porque há boas garantias, no modelo usado no setor automotivo.

Já Troster alerta para o risco de se "colocar dinheiro bom sobre dinheiro ruim", pois em vários dos setores citados, a demanda na ponta está fraca, como no caso das vendas de automóveis, em queda desde o início do ano.

Mercedes-Benz confirma demissões no ABC Paulista e diz que PPE é insuficiente

19/08/2015 - Fonte: EM.com

A montadora Mercedes-Benz confirmou nesta quarta-feira, 19, que deve iniciar a partir de 1º de setembro um processo de demissões nas suas fábricas no ABC Paulista, conforme o sindicato dos metalúrgicos já tinha antecipado. Segundo a companhia, o Plano de Proteção ao Emprego (PPE), criado recentemente pelo governo federal é, "insuficiente". "A Mercedes-Benz do Brasil discutiu intensamente com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo nos últimos dois dias, buscando formas de solução que

viabilizassem a adoção do PPE e de outras medidas para evitar demissões na fábrica", diz a empresa em nota enviada ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado.

"O sindicato não concordou com a proposta da empresa e adiantou que, em razão da decisão da assembleia realizada no último sábado, a mesma não será apresentada aos colaboradores. Diante desse impasse e na ausência de qualquer outra alternativa, a empresa oficializará as demissões na unidade do ABC paulista", escreve a direção da montadora.

A empresa diz que, desde 2014, vem gerenciado o excesso de funcionários, que tem um custo elevado, e que a ociosidade atual é de quase 50%. Além disso, a Mercedes-Benz cita as expectativas negativas para o mercado automotivo em função do quadro de recessão econômica.

A expectativa do sindicato era que a empresa aderisse ao PPE para evitar demissões. O plano do governo federal estabelece em até 30% a redução da jornada de trabalho e dos salários, sendo que o trabalhador recebe 15% de compensação da diferença de renda com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A proposta levada aos trabalhadores por parte da montadora era de diminuição da jornada de trabalho em 20%, com redução salarial de 10%, além de reduzir os reajustes salariais pelo INPC e congelar a evolução salarial para o ano que vem.

Ainda de acordo com o sindicato, a companhia alega ter quase 2 mil funcionários em excesso, muitos dos quais estão em licença remunerada e deveriam voltar ao trabalho na próxima semana. "Se a empresa concretizar as demissões anunciadas, vamos imediatamente iniciar um processo de luta", afirma Sérgio Nobre, diretor do sindicato dos metalúrgicos do ABC, em nota.

Ministério Público do Trabalho pede anulação das demissões na GM

19/08/2015 - Fonte: Automotive Business

O Ministério Público do Trabalho emitiu parecer favorável ao pedido de anulação das 798 demissões na unidade da General Motors em São José dos Campos (SP) no fim da tarde de segunda-feira, 17, durante a audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em Campinas.

O pedido de anulação feito pelo sindicato dos metalúrgicos da região junto ao MPT foi rejeitado pela GM. Com isso, uma nova audiência está marcada para a sexta-feira, 21, às 15h.

No fim da semana passada, a GM emitiu comunicado confirmando o desligamento de 798 trabalhadores da unidade de São José.

No TRT, a montadora chegou a oferecer um salário-base para cada trabalhador demitido, mas a proposta foi recusada pelo sindicato. O pedido de anulação dos cortes foi baseado na jurisprudência que obriga a empresa a negociar antes de realizar demissões em massa.

As dispensas dos trabalhadores foram comunicadas pela empresa via telegrama enviados a partir do dia 8 deste mês. Em protesto às demissões, os trabalhadores entraram em greve por tempo indeterminado e que já dura uma semana.

"A audiência foi um passo positivo em nossa luta para que as demissões sejam anuladas. Queremos também nos solidarizar com os companheiros da Volkswagen de Taubaté, que

entraram em greve. Defendemos a unificação da luta em defesa do emprego entre os trabalhadores de todas as montadoras”, afirma o presidente do sindicato, Antônio Ferreira de Barros, o Macapá.

Uma audiência pública terá como tema a demissão dos trabalhadores na GM, na Assembleia Legislativa de São Paulo, na quarta-feira, 19, às 19h, marcada a pedido do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos.

Foram convidados representantes da empresa, bem como da prefeitura de São José dos Campos e da Comissão de Atividades Econômicas da Assembleia Legislativa.

GRAVATAÍ

Já para a unidade de Gravataí (RS) a GM anunciou nesta terça-feira, 18, que dará férias coletivas entre os dias 8 e 23 de setembro para todos os trabalhadores, e folgas entre 24 e 26, com retorno das operações previsto para o dia 28 do próximo mês.

Em comunicado, a montadora informa que “a medida tem como intuito a de ajustar o volume de produção à atual demanda do mercado”.

É a segunda vez que a montadora concede férias na unidade, onde são produzidos os modelos Chevrolet Onix e Prisma. Em junho, os trabalhadores ficaram parados entre 15 e 28 daquele mês.

DAF tem novo diretor de vendas no Brasil

19/08/2015 - Fonte: Automotive Business



A DAF anuncia Antenor Frasson como seu novo diretor de vendas no Brasil. Ele ficará baseado na sede administrativa da empresa, junto à fábrica em Ponta Grossa (PR) e se reportará ao diretor comercial da companhia no País, Luis Gambim.

“A DAF é uma marca de classe mundial, muito conhecida pela qualidade que oferece, tanto no produto quanto nos serviços prestados. O projeto no Brasil é um grande desafio e eu estou muito honrado de poder participar dessa história, de agregar ainda mais conhecimento ao time e poder contribuir com o trabalho que já vem sendo feito”, afirma Frasson.

Com 16 anos de trajetória no segmento de veículos comerciais pesados, o executivo passou por diferentes cargos na área de engenharia de vendas de ônibus e caminhões e como gerente regional para exportação e vendas domésticas.

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Paraná, Frasson possui especialização pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), Fundação Dom Cabral e FIA (Fundação Instituto de Administração).

Frasson assume uma das áreas que até então estava sob a gestão de Jorge Medina, diretor de vendas e marketing da DAF no Brasil e que, a partir de 1º de setembro, atuará

como diretor de produto e mídia marketing em Denton, nos Estados Unidos, na Peterbilt Motors, marca que também pertence ao Grupo Paccar.

"Durante os três anos de atuação no Brasil adquiri valiosos aprendizados desse mercado. Estou bastante satisfeito com as atividades realizadas pela minha equipe e também por todos os colaboradores da DAF no País.

A marca é forte e o produto oferece muita qualidade. Estou certo de que darão continuidade ao bom trabalho. Estou partindo para um novo desafio, mas ainda faço parte desse time, ainda faço parte da Paccar", afirma Medina.

IBGE: Emprego industrial tem pior semestre desde dezembro de 2000

19/08/2015 - Fonte: Automotive Business

O emprego industrial teve o pior semestre desde dezembro de 2000, início da série histórica da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A constatação vale tanto para a variável de pessoal ocupado assalariado quanto para a de total de horas pagas, que acumularam queda de 5,2% e 5,8% de janeiro a junho.

A pesquisa do IBGE também revela que a quantidade de pessoas empregadas em junho ficou 12,8% abaixo do pico histórico, registrado em julho de 2008.

"O cenário do mercado de trabalho permanece no campo negativo há algum tempo e com a magnitude das perdas se intensificando mês a mês. Isso não pode ser dissociado da trajetória descendente da produção industrial brasileira desde outubro de 2013", diz o gerente da coordenação de indústria do IBGE, André Macedo.

Desde outubro de 2013 a produção industrial teve redução de 10,2%. Nesse mesmo período, o total do pessoal ocupado e do número de horas pagas também mostraram perdas: de -8,3% e de -8,8%, respectivamente.

Para o técnico a queda acumulada de 6,3% da produção na indústria de janeiro a junho de 2015 sinaliza que não deve haver uma mudança significativa nesse quadro. O cenário, lembra, ainda é desfavorável com baixo nível de confiança do empresariado e das famílias, inflação pressionando a renda e a demanda doméstica, além do aperto no crédito.

Tanto na comparação contra o mês de junho do ano passado, quanto no índice acumulado dos seis primeiros meses do ano as taxas negativas foram disseminadas pelos dezoito setores da indústria investigados pelo IBGE.

No primeiro semestre as contribuições negativas mais relevantes vieram de meios de transporte (-9,9%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-12,5%), produtos de metal (-10,2%), alimentos e bebidas (-2,2%), máquinas e equipamentos (-6,4%), outros produtos da indústria de transformação (-8,7%), vestuário (-5,4%), calçados e couro (-7,5%), metalurgia básica (-6,5%), papel e gráfica (-3,3%), refino de petróleo e produção de álcool (-6,3%), indústrias extrativas (-4,6%) e produtos têxteis (-2,9%).

Apesar do perfil disseminado de perdas, Macedo destaca que a queda mais importante do mercado de trabalho está concentrada na indústria automobilística. De acordo com Macedo, o emprego no segmento meios de transporte (quem têm a indústria automotiva como carro-chefe, além de motocicletas e indústria naval) apresentou queda pelo 19º mês consecutivo, tendo os últimos quatro meses registrado taxas negativas de dois dígitos. No acumulado do ano a queda é de 9,9%.

Com perda do ritmo de produção, mas níveis ainda elevados de estoques, o setor automotivo vem promovendo férias coletivas, adoção do lay-off (suspensão dos contratos de trabalho) e demissões.

Na tentativa de conter os cortes o governo orientou os bancos públicos a liberar crédito mais barato a empresas que se comprometerem a não demitir. Ontem a Caixa Econômica Federal anunciou que vai liberar cerca de R\$ 5 bilhões até o fim de 2015 para os fornecedores das montadoras. Hoje o Banco do Brasil anunciou liberação de R\$ 3,1 bilhão para o setor.

Em junho o nível de pessoal ocupado caiu 1% ante maio, atingindo mais uma vez o menor nível da série histórica do IBGE. À exceção de dezembro de 2014, esse piso vem se renovando mês a mês desde novembro do ano passado. Nos últimos 15 meses foram 14 resultados negativos para o nível de emprego industrial no País.

Defeito em carros pode ser considerado dano moral

19/08/2015 - Fonte: Auto Esporte

Ações por danos morais movidas por donos de carros com defeito têm gerado discussão na Justiça. Em decisões recentes, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ordenou que montadoras indenizassem proprietários de veículos com falhas que foram desde a não abertura de airbags em acidentes a ferrugem na lataria. Nesse tipo de caso, a vítima alega ter passado por sofrimento, dor, angústia, nervosismo ou preocupação.

A batalha, no entanto, é longa: os casos que tiveram ganho de causa no STJ levaram anos para terem uma conclusão. Em uma delas, foram 17 anos nos tribunais. E cabe a quem entrou com a ação ela provar tanto a falha, com perícia, quanto os transtornos que isso provocou.

Para especialistas em direito do consumidor ouvidos pelo G1, as decisões do STJ poderão abrir um precedente que os advogados chamam de jurisprudência, ou seja, um conjunto de decisões para servir de "guia" aos próximos processos sobre o mesmo tema.

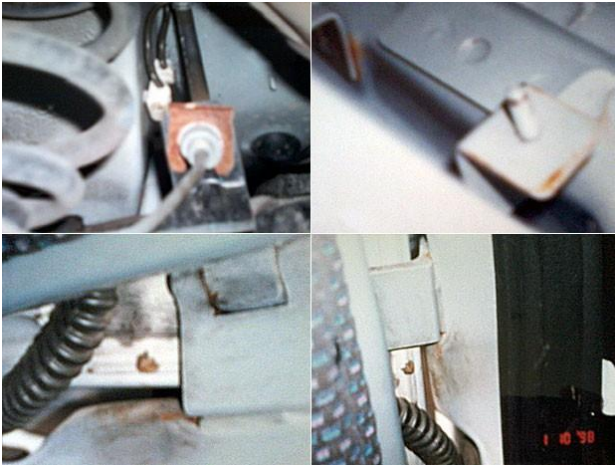
Mas trata-se ainda de um tema muito novo: decisões sobre danos morais são recentes no país.

"Essas decisões são baseadas no Código de Defesa do Consumidor, que já é uma lei de aplicação bem sucedida", explica Luciano Godoy, professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP).

"No caso dos veículos, percebemos que o volume de processos está aumentando, até mesmo pelo crescimento das vendas e da tecnologia nos carros, que os deixa mais suscetíveis a falhas."

Ferrugem no carro

A empresária Inge Tittel, de 55 anos, esperou 17 anos por uma decisão favorável na Justiça, desde que encontrou ferrugem em diversas partes de um Chevrolet Corsa 0 km.



Detalhes de ferrugem no ano em que Inge comprou seu Chevrolet Corsa (Foto: Arquivo pessoal/Inge Tittel)

"Cerca de 2 meses depois de tirar o carro novo da concessionária, levei para lavar no posto, e o rapaz que fazia a secagem me chamou a atenção para pontos de ferrugem. Levei a um mecânico de confiança, e ele suspendeu o carro. Tinha problema sério de ferrugem em tudo", descreve Inge.

No processo, que chegou ao STJ, a Chevrolet alegou que "as peças alcançadas pelo ferrugem são ínfimas e de pouco destaque no veículo" e sugeriu que fosse feito o reparo nas chapas. No entanto, dois laudos, um deles feito por perito indicado por juiz, concluíram que um reparo não garantiria que a ferrugem fosse totalmente eliminada e que o problema provocaria depreciação do veículo caso a proprietária quisesse vendê-lo.

"Sabia que ia demorar porque a Justiça permite diversos recursos, mas persisti. A maioria das pessoas desiste e passa ao carro adiante. O meu ficou na garagem todo este tempo e tive de comprar outro para usar, enquanto aguardava a decisão. E quem não pode fazer isso?", questiona Inge.

"Quem compra um carro 0 km não está querendo um problema. O prejuízo não é só financeiro."

Procurada pelo **G1**, a Chevrolet não quis comentar o caso.

Neste e nos demais casos relatados abaixo, as indenizações ainda não foram pagas porque, após a orientação do STJ, os processos voltam aos tribunais de origem para execução da pena.

Airbag que não abriu

Em um dia chuvoso de 2002, o advogado Marcos Sávio Zanella sofreu um acidente com um Citroën Xsara Sport, em Rio do Sul (SC).

A colisão frontal com uma betoneira que cruzou a pista na transversal deu "perda total" no sedã. O airbag não abriu:

"Eu lembro bem de ver um caminhão na minha frente. Só acordei 2 horas depois no hospital", afirmou Zanella, que teve traumas na cabeça e na mandíbula, além de cortes superficiais no rosto.

O que diz o Código de Defesa do Consumidor

Art. 12. O fabricante ou importador deve reparar os danos por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, manipulação, apresentação, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

1º Parágrafo - O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera

2º Parágrafo - O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

3º Parágrafo - O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar que o defeito inexistiu ou a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro.

O airbag não foi feito para abrir em qualquer tipo de colisão. Depende de diversos fatores, como a desaceleração e o local do impacto. Para saber se era mesmo um defeito do veículo, Zanella pediu uma perícia a um engenheiro.

Com o laudo em mãos, processou a Citroën por danos morais por acreditar ter sido enganado pela fabricante, com relação ao nível de segurança do veículo, conforme o artigo 12 do Código de Defesa do Consumidor, que diz que "o produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera."

No momento da compra, o nível de segurança do Xsara foi um fator de peso na escolha, diz o advogado. O modelo tinha 4 airbags, um luxo na época, em 2001. No processo, Zanella até anexou a capa de uma revista especializada, dizendo que o modelo era a melhor opção na categoria por causa da segurança.

Em primeira e segunda instâncias, os tribunais reconheceram a falha no airbag, mas não concederam indenização por danos morais. Eles entenderam que as lesões foram leves e não deixaram sequelas no motorista.

Zanella entrou com recurso no STJ e, em julho passado, o tribunal determinou indenização por danos morais, que deve ficar em torno de duas vezes o valor do carro - na época, cerca de R\$ 30 mil - acrescido de correção monetária.

A Citroën acatou a decisão, mas informou em nota que "não teve acesso ao veículo em questão para a realização de perícia técnica". E que, desta forma, "fica impossibilitada de emitir um relatório conclusivo sobre o fato".

A fabricante ressaltou que o modelo Xsara, produzido entre 1997 e 2003, teve mais de 2 milhões de unidades vendidas em todo o mundo, e "sempre foi referência mundial de segurança em seu segmento, não sendo constatadas irregularidades no funcionamento de seu sistema de airbag."

Outro caso de airbag

Na decisão que definiu o pagamento de danos morais no caso do Citroën, o STJ citou um outro caso de não abertura no airbag, desta vez contra a Renault. Ele ocorreu em 2001, quando um Scénic colidiu de frente com um caminhão, em Curitiba (PR).

Conforme consta no processo, o airbag não abriu e o motorista sofreu cortes no rosto e lesões no ombro e cotovelo.

À Justiça, o proprietário levou um panfleto de propaganda da montadora que dizia: "Você já sabe que, nos carros da Renault, segurança não é opcional", descrevendo o funcionamento das bolsas infláveis frontais.

O caso também foi parar no STJ, que, em 2014, entendeu que a fabricante teve responsabilidade "pelo abalo psíquico sofrido pelos recorrentes, decorrente do defeito do produto" porque, com base na descrição do veículo, o consumidor esperava um carro seguro. A indenização por dano moral deve girar em torno de R\$ 30 mil.

A Renault informou ao **G1** que a dinâmica do choque "não foi suficiente para o acionamento dos airbags" e que a afirmação do perito "carece de elementos factuais". Afirmou também que não foi possível saber se a manutenção do veículo era feita regularmente e se houve alguma alteração não recomendada na parte elétrica, para instalação de acessórios por exemplo.

Segundo a Renault, um scanner eletrônico pode atestar o bom funcionamento dos componentes, incluindo o airbag.

Cadê o meu motor?

No Paraná, um empresário, que não quis ter o nome divulgado, descobriu um problema com sua Ford Ranger quando foi vendê-la, em 2005. Na hora da transferência, a picape não passou na vistoria do Detran porque o número do motor não batia com a documentação.

A concessionária onde o veículo foi comprado, 0 km, em 2001, acusou o proprietário de ter trocado o propulsor, mas ele disse que nunca mexeu nele. A venda foi cancelada e o proprietário ainda teve de se explicar.

"O comprador falou que eu tentei enganá-lo, que eu sabia que não ia passar na vistoria. E ele já tinha passado o carro para uma terceira pessoa, por um valor superior ao que eu vendi. Tive de devolver o dinheiro e ainda pagar o valor a mais a ele", relatou.

No final do ano passado, o STJ confirmou indenização por dano moral de R\$ 5 mil ao proprietário, que foi obrigado a manter a Ranger em sua posse. Em contato com o **G1**, a Ford afirmou que não comenta processos em andamento.

Vai virar tendência?

De acordo com Godoy, da Escola de Direito da FGV-SP, as indenizações por danos morais têm sido determinadas porque o consumidor acredita na informação dada pelo fabricante, já que não tem meios de checar se aquilo realmente funciona. "O consumidor se sente traído", diz ele.

O especialista de direito do consumidor Vinicius Zwarg concorda que as decisões recentes podem servir de guias para processos semelhantes, mas alerta que, com a lentidão dos tribunais brasileiros, essa jurisprudência pode demorar décadas para ser construída. E ela também pode mudar ao longo dos anos, conforme as interpretações, diz ele.

"Indenização por dano moral é razoavelmente recente no Brasil. É natural que a construção da jurisprudência seja lenta, porque precisa de uma série de decisões, sedimentando ao longo dos anos. Com relação a planos de saúde, por exemplo, até pouco tempo atrás o não atendimento não gerava dano moral, mas agora em muitos casos é possível", afirma Zwarg.

Em casos julgados, relacionados a carros, as indenizações por danos morais partiram de "simbólicos" R\$ 2 mil e chegaram perto de R\$ 200 mil, como no caso da morte do cantor João Paulo, que sofreu um acidente com um BMW Série 3, em 1997 - um caso ainda está em disputa judicial.

"O valor é proporcional ao desconforto. O pagamento tem mais caráter de punição para quem paga do que de enriquecimento para quem recebe. Para ver se a empresa é mais cuidadosa da próxima vez", diz Godoy.

Necessidade de provas

Diferentemente do dano material e estético (cicatrizes e perda de membros), que têm critérios objetivos, o dano moral pode estar relacionado a dor, angústia, nervosismo e preocupação, mas precisa ser provado pela vítima.

"Não basta ser alegado, tem que ser demonstrado. Por exemplo, quem opta por um carro com mais airbags está primando pela segurança, então o não funcionamento pode acarretar em dano moral. Se o médico recomendar remédio para se acalmar, também é uma prova que houve dano moral", explica Zwarg.

Antes de tentar provar o dano moral, é preciso verificar se realmente houve falha no automóvel.

Zwarg aconselha fazer um laudo preliminar com um engenheiro. Durante o processo, um outro perito deve ser designado pelo juiz para confirmar a avaliação inicial.

No caso de dano material, o Código de Defesa do Consumidor inverte o ônus das provas, ou seja, quem tem que provar que o carro não tinha defeito é a fabricante, concessionária ou importadora.

"Se falar que o carro está com problema da suspensão, a fábrica precisa provar que não está ou então que o consumidor fez alguma coisa errada, gerando o problema", explica Godoy.

Se o laudo preliminar diz que as condições do acidente não cumprem as exigências, para abertura do airbag por exemplo, não faz sentido ingressar com a ação contra a montadora" (Vinicius Zwarg,-especialista em direito do consumidor.

GM anuncia férias coletivas para funcionários de fábrica de Gravataí, RS

19/08/2015 - Fonte: G1

A General Motors do Brasil, dona da Chevrolet, informou nesta segunda-feira (17) que concederá férias coletivas em setembro aos empregados do Complexo Industrial de Gravataí, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Segundo a montadora, o objetivo é "ajustar o volume de produção à atual demanda do mercado". A associação das fabricantes, Anfavea, prevê que o ano terminará com queda de 17,8% na produção e de 20,8% nas vendas de veículos novos sobre 2014.

Os trabalhadores saíram de férias no dia 8 de setembro, e retornam ao trabalho no dia 28 do mesmo mês. As férias terminam no dia 23, mas os empregados seguem de folga de 24 a 26. A unidade da GM no Rio Grande do Sul produz os modelos Onix - o mais vendido da Chevrolet no país- Prisma e Celta.

Empresário industrial mantém pessimismo em julho, segundo a CNI

19/08/2015 - Fonte: EM.com

A confiança do empresário industrial continuou em baixa em agosto, de acordo com pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), nesta quarta-feira, 19. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) ficou em 37,1 pontos em agosto, 0,1 ponto abaixo do registrado em julho - números abaixo de 50 indicam queda.

Em relação a agosto do ano passado, o indicador acumula queda de 9,4 pontos. São 18,6 pontos abaixo da média histórica do indicador.

A confiança está em queda para todas as empresas, independentemente do porte. Em agosto ante julho, houve maior recuo no índice de confiança das pequenas empresas (de 36,1 pontos para 35,8 pontos). Para as grandes empresas, houve retração de 38,3 pontos para 37,8 pontos. Para as médias, o indicador passou de 36 pontos para 36,8 pontos.

O índice de condições atuais ficou em 28,1 pontos, ante 27,6 pontos em julho. O número continua abaixo de 50 pontos, o que significa que o empresariado avalia uma piora nas condições nos últimos seis meses.

O índice de condições atuais para as empresas ficou em 32,7 pontos e para a economia brasileira em 19,1 pontos, o menor da série desde janeiro de 1999.

Para os próximos seis meses, as expectativas continuam pessimistas, ficando em 41,5 pontos, uma queda de 0,5 ponto em relação a julho. Números abaixo de 50 indicam expectativas pessimistas para os próximos seis meses.

A expectativa sobre a economia brasileira ficou em 31,3 pontos em agosto, uma redução de 1,6 ponto desde julho e 10,6 pontos desde agosto de 2014

Firjan critica juros diferenciados para setores

19/08/2015 - Fonte: EM.com

O presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, criticou a decisão do governo de conceder, via bancos públicos, juros diferenciados para determinados setores. Para ele, é preciso estabelecer "regras claras e permanentes" para que o País ganhe condições de sair da crise e voltar a crescer.

"Precisamos de regras claras e permanentes, e, principalmente, sinais sempre consistentes do poder público na direção dessas regras claras", disse Vieira durante apresentação no 34º Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), no Rio. "Há notícias que, no nosso entender, não estão exatamente na direção das regras claras e permanentes.

Para voltarmos a uma inflação razoável e civilizada, a saída, não existe outra, é frear a economia. Agora, quando nós vemos a declaração de que determinados setores vão ter juros diferentes, isso é espantoso. Então os juros foram demais? Então é melhor reduzir os juros? Agora, por que foram demais pra uns e não para outros? Esse sinal não é bom", disse.

Ontem, a Caixa Econômica Federal anunciou que vai liberar cerca de R\$ 5 bilhões até o fim do ano sob "condições especiais" para alguns setores. O trato envolve financiamento mais barato em troca da manutenção dos empregos.

A cadeia produtiva do setor automotivo foi a primeira a ser contemplada, mas outros segmentos devem ser incluídos no rol de beneficiados. Há a expectativa de que o Banco do Brasil lance uma iniciativa semelhante.

"Não é por aí, obviamente que os agentes econômicos não entendem. O Executivo reage muito com a opinião pública. É importante que nós possamos conversar com o Parlamento. Estamos numa crise, é preciso ter calma, nós estamos juntos com os políticos, para chorarmos juntos, como no caso da inflação elevada, mas também estamos juntos para comemorar o futuro de sucesso do Brasil que tenho certeza que ele tem", lamentou o presidente da Firjan.

Comércio exterior

O ex-ministro da Fazenda Ernane Galvêas, também presente à abertura do evento, afirmou que as dificuldades vividas pelo setor de comércio exterior não são causadas apenas pelos obstáculos às exportações, mas também pelo próprio desequilíbrio das finanças públicas, que afeta a economia como um todo.

"A fotografia é péssima, mas pior do que a fotografia é o filme. Não temos perspectivas de recuperação. Mas não quer dizer que não é uma situação que a gente não possa superar", disse.

Já o presidente da Apex Brasil, David Barioni, destacou que o Plano Nacional de Exportações (PNE) inclui um mapa de 32 mercados prioritários, e que Estados Unidos, China e Alemanha continuarão sendo a parte principal do esforço para exportações. "Há também mercados não tradicionais como Argélia, Austrália, Irã e Egito que receberão ações inéditas da agência em parceria com mercado privado", afirmou.

Vendas de produtos siderúrgicos caem 14,3% no ano

19/08/2015 - Fonte: Agência Brasil

As vendas de produtos siderúrgicos para o mercado brasileiro fecharam o mês de julho com queda de 22%, na comparação com julho do ano passado, atingindo 1,4 milhão de toneladas.

Com o resultado, os números acumulados nos primeiros sete meses do ano indicam queda nas vendas de 14,3%, comparado ao mesmo período do ano passado, totalizando 11 milhões de toneladas.

Os dados foram divulgados pelo Instituto Aço Brasil e indicam que, em relação ao consumo aparente nacional (total da demanda siderúrgica no país, incluindo produtos nacionais e importados), o resultado das vendas de julho foi 1,7 milhão de toneladas de produtos siderúrgicos (queda de 24,4% sobre julho de 2014), enquanto o consumo aparente dos primeiros sete meses deste ano totalizou 13,4 milhões de toneladas (queda de 12,4% sobre o acumulado de janeiro a julho do ano passado).

As informações do Instituto Aço Brasil indicam que o setor importou em julho deste ano 270 mil toneladas (o equivalente a US\$ 283 milhões), elevando o acumulado das importações de janeiro a julho para 2,3 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos – queda de 2,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

O Instituto Aço Brasil ressalta que, "apesar das condições adversas do mercado internacional", as exportações de produtos siderúrgicos atingiram 1,5 milhão de toneladas em julho, valor equivalente a US\$ 652 milhões, devido, principalmente, às operações *intercompanies* (entre companhias do mesmo grupo) de fornecimento de semiacabados para alimentar plantas na Europa e nos Estados Unidos.

Com esse resultado, as exportações até julho de 2015 totalizaram 7,2 milhões de toneladas e US\$ 3,9 bilhões, um crescimento de 49,2% em volume sobre os primeiros sete meses do ano passado e de 10,3% em valor, na mesma base de comparação.

Em sua totalidade, a produção brasileira de aço bruto alcançou em julho 2,9 milhões de toneladas, queda de 3,1% na comparação com julho de 2014. Em relação aos laminados, a produção mensal de 1,9 milhão de toneladas representa queda ainda maior: de 8,6% quando comparada a julho do ano anterior.

Com esses resultados, a produção acumulada nos sete primeiros meses de 2015 totalizou 20 milhões de toneladas de aço bruto e 13,9 milhões de toneladas de laminados, aumento de 1,2% e queda de 5,4%, respectivamente, sobre os mesmos períodos de 2014.

Distribuidoras de aço compram menos

19/08/2015 - Fonte: Diário do Comércio

As compras das distribuidoras de aços planos somaram 217,3 mil toneladas em julho, o que corresponde a uma queda de 41,3% em relação ao mesmo mês do ano passado, informou ontem o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda).

Na comparação com junho houve queda de 8,2% nas compras. O levantamento inclui chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, chapas zincadas a quentes, chapas eletro-galvanizadas, chapas pré-pintadas e galvalumes.

As vendas dos distribuidores, por sua vez, diminuíram 29,1% no mês passado ante julho de 2014, para 255,4 mil toneladas. Sobre o mês anterior, a queda foi de 1,2%. Segundo o Inda, para agosto, a expectativa da rede associada é de compras e vendas estáveis.

Os estoques tiveram queda de 3,6% em julho na comparação com o mês anterior, atingindo 1,017 milhão de toneladas. O giro dos estoques caiu de 4,1 meses em junho para 4 meses em julho. As importações recuaram 29,4 % em julho na comparação com o mesmo mês do ano passado, para 148,7 mil toneladas. Em relação a junho, a queda foi de 15,8%.

Nos primeiros sete meses do ano as compras atingiram 2,028 milhões de toneladas, queda de 19% ante igual período do ano passado. Já as vendas da rede no período analisado recuaram 20,1%, para 2,061 milhões de toneladas. As importações, por sua vez, alcançaram 1,136 milhão de toneladas, queda de 2,7% na relação anual.

Revisão - O instituto também revisou sua projeção para as vendas da cadeia de distribuição para este ano de uma queda de 12% para um recuo ainda maior, de 22% em relação ao ano passado.

O presidente da entidade, Carlos Loureiro, disse que essa revisão ocorre após o fraco desempenho apresentado no mês de julho.

Como conter a alta da tarifa de energia

19/08/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Esse ano as tarifas de energia sofreram grande elevação devido à estiagem, ao retorno do custeio de políticas públicas por meio de encargos setoriais, ao represamento de tarifas e aos erros de gestão do governo.

Embora o aumento tarifário seja necessário, seu impacto é penoso para os consumidores, pois a energia elétrica é um insumo essencial tanto para as famílias como para as empresas. A elevação das tarifas tem impactos distributivos, atingindo mais fortemente o orçamento das famílias mais pobres.

Também prejudica a competitividade das empresas, elevando o custo dos bens e serviços produzidos no país. É necessário, portanto, achar formas de mitigar a elevação das tarifas sem prejudicar a sustentabilidade do setor.

O caminho mais promissor para conseguir isso é a redução da tributação da energia elétrica. Hoje a energia elétrica é tributada mais pesadamente que a média dos bens e serviços produzidos na economia.

O setor elétrico responde por pouco mais de 2% do PIB, mas sua participação na arrecadação do Pis e Cofins é superior a 5% (mais que o dobro de sua participação no PIB) e sua participação no ICMS é superior a 8% (cerca de quatro vezes maior que sua participação no PIB).

O ônus da tributação sobre a energia elétrica também é evidente na Demonstração de Valor Adicionado contida nos balanços padronizados das empresas. O Valor Adicionado consiste da receita obtida pela empresa com a venda de seu produto, deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros e a depreciação dos seus ativos devido a desgaste ou obsolescência. Tem o objetivo de demonstrar a riqueza econômica produzida pela empresa e como ela é distribuída entre os diversos agentes.

Examinando os balanços de 37 empresas de geração, transmissão e distribuição no Brasil constata-se que em 2014 a maior parte da riqueza produzida - 59% - foi apropriada pelo governo por meio de tributos e encargos. Os 41% restantes destinaram-se a pagar 17% para os financiadores, 11% para os funcionários, 10% para os acionistas e o saldo, cerca de 2,5%, foi retido para futura distribuição.

Embora seja um ano difícil para os governos devido a desaceleração econômica, há uma oportunidade para redução de alíquotas dos principais tributos que incidem sobre a energia elétrica sem prejudicar a arrecadação advinda do setor. A receita obtida pelos principais tributos que incidem sobre a energia elétrica aumentou com a elevação das tarifas.

Entre janeiro e maio de 2015 a arrecadação dos estados com o ICMS cobrado nas tarifas de energia elétrica subiu 35% relativo ao mesmo período do ano passado e a arrecadação do governo federal com o Pis e Cofins em abril subiu 46% relativo ao mesmo mês do ano anterior.

Uma redução dos tributos federais sobre energia elétrica já é aguardada pelo eleitorado desde outubro de 2010 quando Dilma Rousseff prometeu zerar as alíquotas do Pis e Cofins sobre energia elétrica.

Se zerar tornou-se impossível, uma redução da alíquota já aliviaria os consumidores deste setor que sofreu forte elevação de carga tributária quando esses dois tributos passaram para o regime não-cumulativo com alíquotas mais altas.

Os estados também poderiam colaborar reduzindo as alíquotas de ICMS. A maioria dos estados cobram alíquotas de ICMS sobre o consumo de energia elétrica acima da média aplicada aos demais produtos.

Isso vai contra o princípio da seletividade previsto na Constituição Federal, pelo qual alíquotas diferenciadas são permitidas em função da essencialidade do produto, ou seja, alíquotas mais altas para produtos supérfluos e mais baixas para os essenciais, como energia elétrica.

Esse entendimento foi confirmado em recente decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucional a Lei 2.657 do estado do Rio de Janeiro, que previa alíquotas de até 25% para o consumo de energia elétrica, muito acima da alíquota média no estado que é de 18%.

Além das alíquotas aplicadas sobre o consumo de energia elétrica, os estados fariam bem se eliminassem a cobrança de ICMS sobre a compensação de energia, conforme previsto no Convênio Confaz ICMS 16/2015. Tal medida não só aliviaria os consumidores, mas também impulsionaria a micro e minigeração.

A redução da tributação de energia elétrica traria um alívio muito importante para o consumidor neste momento delicado em que enfrentam alta da inflação e do desemprego.